

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LOUISE ARIANE DA CAMPO

QUANDO ELAS ENTRAM EM PAUTA

**São Borja
2018**

LOUISE ARIANE DA CAMPO

QUANDO ELAS ENTRAM EM PAUTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Geder Luis Parzianello

**São Borja
2018**

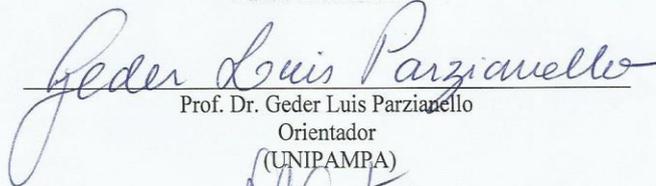
LOUISE ARIANE DA CAMPO

QUANDO ELAS ENTRAM EM PAUTA

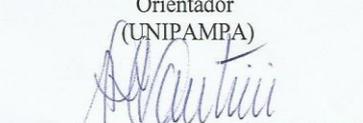
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social Jornalismo.

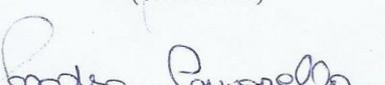
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07, dezembro de 2018.

Banca examinadora:


Prof. Dr. Geder Luis Parzianello

Orientador
(UNIPAMPA)


Profª. Dra. Adriana Hartemink Cantini
(UNIPAMPA)


Profª. Mestra Sandra Barbosa Parzianello
(UFPel)

A todas meninas que sonham grande.

AGRADECIMENTO

Um dia ouvi um pedaço de uma conversa dos meus pais com um amigo, na ocasião ele dizia como eles tinham uma filha bonita. O que mais me marcou nesse momento foi a resposta dos meus pais: “muito mais do que bonita, ela é inteligente, criativa e determinada”, ouvir isso foi como voltar no tempo e lembrar de tantos momentos em que meus pais me incentivaram a ser a melhor versão de mim mesma, prezar pela criatividade, pelo estudo e pela determinação me fez a mulher que eu sou hoje. Eles encheram nossa casa de música, filmes, livros e, mais do que tudo: amor. Obrigada por sempre acreditarem que eu posso fazer tudo o que quiser.

Agradeço ao meu irmão, Luigi, fonte de orgulho e inspiração. Aos meus tios Edson, Pedro e Marcos que me ajudaram de formas tão únicas e peculiares ao longo da vida, orgulho de dividirmos o mesmo sangue. Aos meus avós Adir e Norma, amor eterno por vocês.

Ao meu orientador e grande amigo, professor Geder Parzianello, que me proporcionou importantes lições sobre diálogo e empatia. Sempre aberto ao novo e desconhecido, despertou em mim uma admiração e respeito sem tamanho. Obrigada por não apenas me ensinar a ver o mundo com outros olhos, mas por se permitir aprender através dos meus questionamentos. O senhor é referência de ser humano e profissional. Uma honra tê-lo tido como orientador.

Ao Willian, obrigada pelo apoio incondicional em tantos momentos, por acreditar em mim sem ressalvas e por ser uma das pessoas mais incríveis que já conheci na vida. Você representa amor.

Aos melhores amigos que uma garota pode ter, que torcem por mim de perto e de longe. Que dividiram comigo seus sonhos, segredos, medos e aventuras. Que compartilharam o amor pelo teatro, pela música, pelo cinema e pela vida. Não caberia citar todos os nomes, mas vocês sabem quem são. Gratidão.

A minha banca, composta por mulheres maravilhosas e inspiradoras, prof^a. Dr^a. Adriana Cantini e prof^a.M^a. Sandra Parzianello, obrigada por estarem nesse momento tão importante da minha vida.

A todos professores que foram meus mentores durante a minha vida escolar e que me ensinaram lições valiosas que ultrapassam uma mera sala de aula.

A tantas mulheres incríveis que cruzaram meu caminho. Não vou materializar seus nomes. Mas saibam que todas estão guardadas em meu coração. Assim como as entrevistadas dessa pesquisa, gratidão por me apresentarem suas casas, locais de trabalho e dividirem comigo seus pensamentos e ideias. Sem vocês nada disso seria possível.

A Universidade Federal do Pampa, uma honra estudar em uma universidade pública e de qualidade que me proporcionou tantas experiências maravilhosas. São tantos momentos que ficam para trás e já deixam saudade.

A São Borja, obrigada pelo acolhimento. Foi um prazer ter vivido nessa cidade por quatro anos e ter conhecido um povo tão amável e receptivo.

Chego ao fim desse ciclo realizada e extremamente feliz. Gratidão por tudo. Gratidão por todos. Eu continuo a sonhar. Sempre.

“O que é uma mulher? Eu lhes asseguro, eu não sei. Não acredito que vocês saibam. Não acredito que alguém possa saber até que ela tenha se expressado em todas as artes e profissões abertas à habilidade humana. ”

Virginia Woolf

RESUMO

A pesquisa pretendeu evidenciar os assédios e constrangimentos sutis sofridos por mulheres jornalistas no exercício da profissão no Rio Grande do Sul, assim como identificar se o silenciamento de muitas delas diante desses assédios e constrangimentos geram ao final marcas de uma forma de comunicação violenta na concepção teórica de M. Rosenberg. Conceitos de gênero, identidade, comunicação não-violenta e análise de discurso ancoram esta monografia e se apresentam principalmente em Judith Butler, Pierre Bourdieu, David Gauntlett, Marshall Rosenberg e Eni Orlandi. A amostra é composta por treze jornalistas mulheres de diferentes regiões do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem uma natureza qualitativa (Marconi e Lakatos, 1996) e apoia-se metodologicamente na técnica de entrevista semiestruturada. Para a análise das entrevistas, utilizamos a técnica de análise do discurso (Orlandi, 2010) aliada à narrativa e história oral (Portelli, 1997). Dentre os resultados obtidos pode-se apontar que o silêncio feminino perante as violências sofridas são marcas de uma comunicação violenta que se repete com outras mulheres quando não confrontada.

Palavras-Chave: Jornalismo, Gênero, Comunicação não-violenta, Análise de Discurso.

ABSTRACT

This research seeks to describe the harassment and subtle constraints suffered by women journalists in the exercise of their profession in Rio Grande do Sul, as well as to identify if the silencing of many of them in the face of these harassments and constraints in the end generate marks of a form of violent communication in the theoretical conception of M. Rosenberg. Concepts of gender, identity, nonviolent communication and discourse analysis anchor this monograph and are presented mainly in Judith Butler, Pierre Bourdieu, David Gauntlett, Marshall Rosenberg and Eni Orlandi. The sample is composed of thirteen women journalists from different regions of Rio Grande do Sul. The research is qualitative in nature (Marconi and Lakatos, 1996) and is methodologically based on the semi-structured interview technique. For the analysis of the interviews, we used the technique of discourse analysis (Orlandi, 2010) allied to narrative and oral history (Portelli, 1997). Among the obtained results it can be pointed out that the female silence after the violence suffered are marks of a violent communication that is repeated with other women when not confronted.

Keywords: Journalism, Gender, Nonviolent communication, discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Canal do YouTube “Famosas gostosas”	56
Figura 2 – Canal do YouTube “Famosas Lindas na TV”	56
Figura 3 – Fórum no site Bjjforum	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNV – Comunicação não-violenta

TV – Televisão

AD – Análise de discurso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PRIMEIRO PERCURSO TEÓRICO	18
3 CULTURA PROFISSIONAL E CONSTRANGIMENTOS	28
3.1 Constrangimentos e censura: o estudo de Warren Breed	31
3.2 Relações de poder: o exercício da profissão da mulher jornalista	34
4 ALÉM DA TEORIA: RELATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES JORNALISTAS	39
4.1 Assédio nosso de cada dia: “os elogios mascarados”	41
4.2 Recompensas e sanções: refletindo sobre o estudo de Breed	43
4.3 Mansplaning e manerrupting: "o que ela quer dizer"	45
4.4 "Essa ideia é minha": bropropriating no jornalismo	47
4.5 Penalidade por ser mãe: sanções a jornalistas grávidas	49
4.6 Uma questão de fenotipia: mulheres negras no jornalismo	51
4.7 Assédio por fonte: uma questão de proximidade	53
4.8 Assédio online às mulheres jornalistas	55
4.9 O silêncio perante as violências sofridas	58
4.9 Pequenas soluções	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	73

1 INTRODUÇÃO

“Não sou ‘uma mulher’. Sou uma jornalista”, foi o que respondeu Ana Arruda Callado, primeira jornalista mulher a ocupar o cargo de chefia de reportagem de um jornal no Brasil, em 1966. A afirmação foi feita em resposta ao Coronel Lino Teixeira. Na ocasião, a jornalista pedia permissão para ser incluída à expedição da “Caravana de Integração Nacional”¹, que percorreria a Belém-Brasília pela primeira vez. O Coronel, de início, negou o pedido justificando que não havia hipótese de levar uma mulher a um local com mais de 300 homens. Após insistência da jornalista, o Coronel decidiu incluí-la à expedição.

A história dessa mulher não é apenas uma, mas é o espelho retrovisor para uma realidade que é central nessa pesquisa. O que buscamos nesse trabalho é identificar os constrangimentos e assédios que as mulheres jornalistas sofrem durante o exercício da profissão

Quando Ana Arruda Callado se torna chefe de reportagem do Diário Carioca, a novidade é uma polêmica. Historicamente, os homens lideraram as redações jornalísticas, tanto nacionais quanto internacionais. Apesar de lenta, no entanto, a mudança aconteceu. Dados do Ministério do Trabalho apontaram que em 1986 as mulheres jornalistas representavam 36% dos profissionais do país. Já em 1996, a proporção era de quatro jornalistas mulheres para cada grupo de 10 profissionais (ROCHA, 2004)².

Segundo o Perfil do Jornalista Brasileiro (2012), estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)³, 64% dos profissionais jornalistas são mulheres. Mesmo representando a maior parcela de profissionais da imprensa, a mulher ainda assim não possui a mesma média salarial de seus colegas homens. O estudo apontou que as mulheres mais jovens ganhavam menos que os homens; eram maioria em todas as faixas de até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos.

A desigualdade não se encontra apenas na esfera salarial, mas também na social. Assim como outras categorias de trabalhadoras, as jornalistas também encaram relações de trabalho tensas e estão sujeitas a sofrer violências de gênero (KOSHIYAMA, 2001). A presente monografia aborda os constrangimentos e assédios sofridos por mulheres jornalistas do Rio Grande do Sul. Além disso, aborda como o silenciamento de algumas mulheres jornalistas

¹ Foi uma caravana integrada por 60 veículos a qual, no período de 23 a 31 de janeiro de 1960 percorreu 2.162 km de Belém a Brasília, sendo essa data considerada oficialmente a de inauguração da Rodovia Bernardo Sayão. Na ocasião o então Presidente Juscelino Kubitschek estava presente (BRASIL, 1960).

² Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-melani-mulheres-jornalistas.pdf>> Acesso em: 10 de maio. 2018.

³ Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>> Acesso em: 10 de maio. 2018.

perante agressões sofridas pode gerar uma comunicação violenta. Nesse sentido, as informações que trazemos na introdução contextualizam a realidade em torno do problema e apontam na direção do que pretendemos investigar.

A escolha por pesquisar mulheres jornalistas justifica-se porque, apesar do avanço dos direitos das mulheres através das lutas femininas e da profissionalização da mulher no mercado de trabalho, ainda existe discriminação de gênero, desigualdade e constrangimentos sofridos pelas mulheres jornalistas no ambiente profissional. Trabalhar a temática da mulher jornalista é relevante, pois permite que outras consciências se construam e todos os sujeitos percebam situações que antes não eram suficientemente claras ou até mesmo ignoradas, como as situações de ataques sutis contra mulheres que podem afetar as suas vidas pessoais e profissionais.

O próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros já aponta que é uma obrigação “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza” (Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, 2007). Ou seja, essa formação de consciência é também um exercício de cidadania e uma tentativa de transformação da realidade na qual a mulher está inserida.

Nesse sentido, a hipótese da pesquisa não se limita à ideia de que o machismo existe, posto que isso é um fato histórico. Considerando o contexto cultural do Rio Grande do Sul e sua cultura afirmadamente machista e patriarcal na visão de historiadores, antropólogos, literatos e intelectuais, nossa hipótese precisava ir além da constatação de que sutis agressões a mulheres seriam mais fortemente sentidas no meio dessa cultura.

Conforme pesquisas já realizadas que confirmam que algumas mulheres jornalistas costumam silenciar as violências sofridas no ambiente de trabalho, a hipótese dessa pesquisa é de que ao silenciarem os constrangimentos e assédios sofridos, as mulheres geram uma comunicação violenta, contra si, porque sofrerão sozinhas e contra o agressor, pois sem o conflito o mesmo continuará a reproduzir esses ataques.

O objetivo geral da pesquisa é identificar comportamentos de assédio e constrangimentos contra mulheres jornalistas do Rio Grande do Sul no exercício da profissão e suas características. Nessa perspectiva, os objetivos específicos são: reunir depoimentos de mulheres jornalistas do Rio Grande do Sul em relação a agressões sutis sofridas ou conhecidas e identificar se o silenciamento de algumas mulheres perante os assédios e constrangimentos gera marcas de uma comunicação violenta.

A partir destes objetivos, pensamos na metodologia que sustentará o trabalho. O processo de desenvolvimento desta pesquisa se dá primeiramente, através do método da pesquisa bibliográfica e documental, ela é a base de todo trabalho acadêmico. Segundo Stumpf (2005, p.54), a pesquisa bibliográfica é “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse”. Para a autora, a pesquisa bibliográfica se inicia antes mesmo da delimitação do problema que será investigado, já que haverá uma leitura preliminar a fim de identificar conceitos até se obter uma formulação objetiva e clara do objeto.

A metodologia deste trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (1996), esse tipo de pesquisa tem como objetivo analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Para realização da investigação foi utilizada a metodologia da narrativa oral e história oral (aliada a outros métodos como veremos adiante). Para Portelli (1997, p.17), a narrativa oral é uma ciência e arte dos indivíduos:

Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (PORTELLI, 1997, p.17).

Na etapa de entrevistas, foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista é utilizada a fim de delimitar o volume das informações trazendo um maior direcionamento ao tema de interesse. Segundo Michel (2005), o entrevistado possui uma maior liberdade para desenvolver cada situação nesse tipo de entrevista, pois ele poderá explorar a questão de uma forma mais ampla. Nos meses de abril e maio esta pesquisa começou a amadurecer, a partir disso iniciou-se o período de mapeamento das entrevistadas em potencial, após, entramos em contato com essas mulheres jornalistas em exercício no Rio Grande do Sul, através de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*. Entre os meses de junho e julho efetivou-se as entrevistas, esse período foi escolhido em função da facilidade prática para deslocamento até a capital do Estado e realização das entrevistas presenciais.

Tendo em vista que todo processo de enunciação naturalmente vinculado às narrativas orais se encontra em um contexto, tomamos por concreta a necessidade de que as análises sobre as amostras empíricas levem em consideração aspectos do contexto a fim de poderem ser interpretadas devidamente. Com isso, queremos dizer que é preciso pensar o que disseram as jornalistas mulheres para além das estruturas frasais ou de fala, portanto, transfrásticas, com seus implícitos, com aspectos de sentido por serem quem são em sua identidade, representação e gênero. Tal análise, só se consegue alcançar aliando em perspectiva qualitativa à narrativa oral (a história oral) e a tradição dos estudos de discurso.

Este trabalho está estruturado, além da introdução, em mais três capítulos. O primeiro capítulo aborda o referencial teórico acerca de gênero, identidade, comunicação não-violenta, poder e as noções teóricas fundadoras com as quais a pesquisa vai lidar, entre elas, de discurso e formação discursiva. O capítulo dois apresenta a cultura profissional de jornalista, os constrangimentos de Warren Breed e a relação entre poder e gênero no mercado de trabalho, neste capítulo, ainda, abordamos descritivamente os estudos já realizados e as pesquisas que tomamos conhecimento, fazendo com que elas conversem com nosso tema de pesquisa. O terceiro capítulo é dedicado a descrever os constrangimentos sofridos pelas mulheres jornalistas entrevistadas, neste capítulo também apresentamos descritivamente e de forma analítica a nossa hipótese de pesquisa e apontamos nas formações discursivas marcas do que queremos testar na hipótese que levantamos. Por fim, nas considerações finais, retomamos os objetivos de pesquisa para relacionarmos com o que descobrimos durante a investigação e, com isso dizer a que considerações conseguimos chegar, apontando para a pertinência deste nosso estudo.

2 PRIMEIRO PERCURSO TEÓRICO

Em 1963, quando assumiu a presidência do jornal estadunidense *The Washington Post*, Katharine Graham costumava ser a única mulher em meio a dezenas de homens na sala de reuniões do veículo. Sua posição na empresa era uma preocupação para diversos colegas que acreditavam que uma mulher não teria força para tomar grandes decisões em um jornal. Em 1969 Katharine decidiu assumir também o cargo de editora.⁴ Durante sua presidência, o jornal ficou conhecido por suas reportagens investigativas agressivas (CHAMBERS, *et al.*, 2004, p. 46).

O cargo no jornal não foi alcançado devido a suas qualidades como jornalista. Quem comprou o veículo foi seu pai em 1933. Já em 1946, ele entregou o jornal para o marido de Katharine e ela só obteve o direito de comandá-lo após o falecimento de seu cônjuge. Seus laços familiares foram peça essencial para a jornalista chegar ao cargo de presidente.

Chambers *et al.* (2004), aponta que no início da profissionalização feminina no jornalismo, as mulheres entravam no mundo jornalístico por serem solteiras, porque suas famílias passavam por alguma dificuldade financeira, ou muitas vezes (como no caso de Katharine), pelo fato de serem filhas ou esposas de homens que estavam inseridos no jornalismo.

Através da educação que as mulheres começaram a se inserir no mundo de trabalho. Foram as primeiras (e poucas) mulheres que tiveram a chance de uma educação diferenciada que repassaram às demais companheiras os seus aprendizados, abrindo escolas, publicando livros e enfrentando a opinião discordante que dizia que a mulher não podia ler e nem escrever, dessa forma mais mulheres tiveram a oportunidade de adquirir o direito à educação (DUARTE, 2003).

Ao serem alfabetizadas, algumas mulheres como Virginia Woolf investiram na carreira de romancistas. Em 21 de janeiro 1931, Woolf foi convidada para palestrar para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, o tema era “Profissões para mulheres”, na ocasião a autora expôs que não possuía experiências profissionais e seu sucesso era através da literatura. Segundo ela, a literatura é a profissão que menos experiência oferece às mulheres, pois só é necessário um lápis, uma folha e não há necessidade de sair de casa para exercê-la.

⁴ O filme *The post – A Guerra Secreta* (2018) conta parte da trajetória de Katharine Graham enquanto dirigia o jornal. O filme se passa em 1971, quando a jornalista junto com o editor Ben Bradlee decide colocar em risco sua carreira a fim de expor segredos do governo relacionados a documentos sigilosos do Pentágono, que abrangem três décadas e quatro presidentes. O jornal inicia uma série de reportagens denunciando que inúmeros governos norte-americanos mentiram sobre a atuação do país na Guerra do Vietnã (Fonte: Capa cinematográfica da obra).

Nesse início de profissionalização feminina eram poucos os ofícios destinados às mulheres, a literatura serviu como uma alternativa de trabalho para aquelas que já eram alfabetizadas. Outras autoras como Jane Austen, Emily Davis e a brasileira Júlia Lopes de Almeida são bons exemplos de mulheres que também seguiram esse caminho.

Mesmo com educação exemplar, a inserção das mulheres no meio jornalístico não foi simples. Segundo Chambers *et al.* (idem), as jornalistas mulheres norte-americanas começaram a ocupar espaço na imprensa apenas nas últimas décadas do século XIX, quando os jornais passaram a depender da publicidade com o objetivo de atrair audiência feminina. No entanto, a participação era bem limitada. As jornalistas mulheres recebiam apenas matérias que não eram de interesse dos homens jornalistas, como moda e dicas domésticas.

No Brasil, um relato do jornalista José Hamilton Ribeiro, da década de 30, aponta como costumavam ser as redações jornalísticas neste aspecto:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servir para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO 1998, p. 31).

Discutir sobre o papel e lugar da mulher no jornalismo requer entender conceitos de gênero, sexo e identidade. Para Butler (2003), o gênero diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino. Segundo a autora, sociedades diferentes atribuem certas características e atitudes para cada um deles.

Para Gauntlett (2002), o gênero, atualmente é visto como uma “variável fluida”, que está suscetível à mudança, de acordo com o tempo e contexto, não sendo mais um atributo e sim uma performance. Esta performance se refere a uma forma de estar, de se ver, de se mostrar aos outros e que pode se modificar constantemente.

As ideias de “masculinidade” e feminilidade” tem sido postas através das mudanças sociais nas últimas décadas em diversas maneiras. Masculinidade aparece como o estado de “ser um homem”, o que está constantemente em fluxo. Feminilidade, por outro lado, não é necessariamente “ser mulher”; ao invés disso, é visto mais como

um estereótipo de um papel da mulher do passado. (Tradução livre) (GAUNTLETT, 2008, p. 11).⁵

É decisivo compreender a distinção conceitual entre sexo e gênero. Guacira Louro (2003, p.22) aponta que o gênero está ligado ao debate no campo social, enquanto o sexo refere-se a características biológicas. Para a autora, as desigualdades não devem ser buscadas na diferença entre sexos, e sim no que diz respeito a “arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação”.

Segundo também Butler (2003), “sexo” se refere às diferenças anatômicas que evidenciam as distinções entre os corpos, como explica: "o resultado da divisão da humanidade no segmento feminino e no segmento masculino" (BUTLER, 2001, p.28). Além das diferenças anatômicas, para a autora “sexo” também tem relação à forma como os homens e as mulheres se relacionam.

Para Joan Scott (1989), o termo “gênero” parece ter surgido inicialmente através das feministas americanas que insistiam no caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas no sexo.

Nesse contexto, o conceito de gênero começa a ser usado com um forte apelo relacional, já que é na esfera das relações sociais que os gêneros se constroem e constituem a identidade dos sujeitos (LOURO, 2003).

Gênero também pode ser entendido e utilizado como categoria que está apta a discutir e refletir sobre questões sociais que envolvem o ser masculino e o ser feminino, como aponta Alinne Bonetti.

Análíticas: gênero como uma categoria relacional que remete à produção simbólica, no plano de valores, das convenções de feminilidades e de masculinidade, em determinadas configurações sócio históricas; e teórico-epistemológicas: gênero tomado como um princípio e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder (BONETTI, 2009, p. 217).

Os gêneros, construídos culturalmente, servem em sociedade como pressuposto para atributos como “homens são mais agressivos, mulheres são mais emocionais”, por exemplo. Pressupostos, que como aponta Veiga (2012), são tomados como parâmetros do normal para constituição de regras que vão reger o social, construindo uma hierarquia social excludente

⁵ Do original, em inglês: The ideas of “masculinity” and “femininity” have been pulled through the social changes of the past few decades in quite different ways. Masculinity is seen as the state of “being a man”, which is currently somewhat in flux. Femininity, on the other hand, is not necessarily seen as the state of “being a woman”; instead, it’s perceived more as a stereotype of a woman’s role from the past (GAUNTLETT, 2008, p. 11).

que pode ser entendida por meio da imagem de uma pirâmide de distribuição do poder. O topo dessa pirâmide é ocupado pelo masculino e a base pelo oposto: o feminino (RUBIN apud VEIGA, 2012).

Essas oposições entre o que hoje chamamos de gênero que tradicionalmente coloca a mulher numa posição inferior ao homem, são baseadas e construídas histórico e culturalmente, se tornando parte do conhecimento social. E são reproduzidas em diversos âmbitos da sociedade: no meio familiar, na escola, na igreja e, inclusive, no meio jornalístico, onde se vê claramente uma hierarquia de poder que o homem está no topo. A pesquisa sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro (2012)⁶, estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aponta que 64% dos profissionais jornalistas são mulheres.

Mesmo representando a maior parcela de profissionais da imprensa, a mulher ainda assim não possui a mesma média salarial de seus colegas homens. O estudo apontou que as mulheres mais jovens ganhavam menos que os homens; eram maioria em todas as faixas de até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos.

Ao realizar uma pesquisa de observação participante em um telejornal Veiga (2014) conclui que o gênero do jornalismo é masculino. A pesquisadora aponta que a generificação se dá a partir da reprodução das relações de gênero e de poder que prevalecem na nossa cultura, tanto nas relações que acontecem dentro da redação quanto nas notícias que são produzidas⁷, refletindo dessa forma em desigualdades e hierarquias.⁸

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias. É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando também, os lugares sociais destes (VEIGA, 2014, p. 51).

Existe outra concepção conceitual de gênero que não interessa ao nosso trabalho, mas que aqui citamos por uma questão de isenção científica, e que compreende a conceituação de

⁶ Disponível em: < <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf> > Acesso em: 10 maio. 2018.

⁷ O gênero modifica também as práticas jornalísticas. Exemplo disso é o jornal El País, que neste ano (2018) investiu em uma nova função: editora de gênero. A jornalista Pilar Álvarez foi a escolhida para o cargo. O posto no jornal surgiu com o objetivo de planejar e melhorar a cobertura sobre temas de gênero.

⁸ Discutir e entender questões de gênero de uma forma mais ampla pode ser feito do ponto de vista dos estudos culturais, um campo que critica e questiona o estabelecimento de hierarquias entre práticas culturais e formas, que são estabelecidas a partir de oposições como superior/inferior, alta/baixa, entre outras (ESCOSTEGUY, 2001).

gênero como uma questão ideológica. Esse discurso condena o conceito de gênero e o qualifica como “Ideologia de gênero”. O que essa crítica pretende é apontar o gênero como uma ideologia. No nosso entendimento, a própria expressão já é um equívoco, uma vez que dizer que o discurso de gênero não é uma ideologia nos parece um erro, pois, para a tradição em que nos apoiamos, todo discurso é ideológico (PÊCHEUX, 1988). Na crítica dessa vertente o discurso de gênero se tornou uma questão negativa em sociedade. Porém, chamar de “Ideologia de Gênero” pressupõe que existam práticas escolares, sexuais e discursivas, por exemplo, que não sejam ideológicas. Nós assumimos, teoricamente, que todo discurso existente é ideológico. Como aponta Orlandi (2010), a relação do sujeito com a linguagem nunca é inocente e todo discurso carrega uma forma de tomar partido.

Além dos conceitos de gênero e sexo, também interessa a essa pesquisa o conceito de identidade, pois tal concepção é interessante para entendermos a representação da mulher jornalista. Segundo Gauntlett (2002), estudos sobre discurso de gênero mostram as alterações sofridas nesse campo teórico com a compreensão sobre novas formas de representação das identidades femininas que estão relacionadas, de certa forma, com algum tipo de ideal feminista.

Até meados do século XX, a representação dominante feminina era da “mulher do lar” que tinha como responsabilidade ‘cuidar da casa, do marido e dos filhos’; seu lugar era reservado ao privado. Com o movimento feminista, isso se modifica, pois, todo o sistema (político, social, ideológico e filosófico) começa a mudar a partir das reivindicações das mulheres pelo direito à vida pública. Ou seja, a própria representação das identidades femininas começa a se transformar. A construção e a mudança da identidade acontecem no decorrer do desenvolvimento social e individual.

Gauntlett (2002) usando Giddens (1991) como referência sugere que nas sociedades modernas, a identidade social e pessoal é uma temática central. Todo indivíduo ao longo de sua vida toma (ou tomará) decisões baseadas na identidade, seja em escolha da roupa, do lazer, da aparência ou até em questões de maior impacto relacionadas a relações, crenças e ocupações profissionais.

Hall (2000), estabelece que as identidades não são unificadas na modernidade tardia; elas são cada vez mais fragmentadas e fraturadas. As identidades estão em constante processo de mudança e transformação. Elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem opostas.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Essas construções de identidades, tanto feminina quanto masculina, se dão desde formações imaginárias que se estabelecem nos discursos os quais atestam um poder já estabelecido, por meio do qual os homens ocupam os cargos de maior relevância.

Com isso, a identidade feminina em diversas esferas sociais se apaga e é condicionada ao lugar privado. Esse processo de apagamento do sujeito expressa, sobretudo, uma relação de poder, de um indivíduo sobre o outro. Na visão de Foucault (*apud* Gauntlett, 2008, p.128), o poder não é algo que se pode ter, ao contrário, o poder é algo que é exercido dentro das interações. O poder flui através das relações. O autor aponta que: “Você não poderia realmente dizer que alguém era poderoso, por si só; mas você poderia dizer que eles frequentemente se encontravam em uma posição poderosa, ou tinham muitas oportunidades de exercer poder”⁹. Nessa perspectiva, é possível perceber que esse lugar de poder é em sua maioria destinado à homens, pois eles possuem as oportunidades devidas para exercê-lo.

As relações de poder segundo Foucault (1975, p. 29), estão diretamente ligadas ao corpo do indivíduo, pois elas “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais”. Nesse sentido, o corpo é investido pelas relações de poder e de dominação.

Para Foucault (1975), a sujeição ao poder não é obtida apenas através de instrumentos de violência ou ideologia. Ela pode ser direta, física, fazer uso de força contra a força, agir sobre elementos materiais, ser calculada, organizada, pensada e sutil. Não precisa de uso de armas ou terror para continuar a ser de ordem física.

Essa relação de poder e dominação entre os gêneros efetivada de forma sutil pode ser explicada através do conceito de “violência simbólica” de Pierre Bourdieu:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas

⁹ Do original, em inglês: You couldn't really say that someone was powerful, *per se*, then; but you could say that they frequently found themselves in a powerful position, or had many opportunities to exercise power (FOUCAULT *apud* GAUNTLETT, 2008, p.128).

próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. (BOURDIEU, 2011, p.7)

Como o indivíduo está incluído em sociedade como homem ou mulher, Bourdieu (2011) diz que o mesmo incorpora, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina. A dominação masculina se evidencia através do que o autor chama de “máquina simbólica”. Essa máquina se alicerça em diversas formas de dominação: na divisão social do trabalho, que é bem estrita nas atividades atribuídas a cada um dos sexos; na estrutura do espaço e do lugar, onde ao homem cabe o lugar da assembleia ou de mercado, e quanto para a mulher é reservado o espaço da casa.

O poder e a dominação se materializam através do discurso. Se não há um discurso de poder, não há o poder. Segundo Stocker e Dalmaso (2018), para que determinado discurso possa ser feito em algum momento da história, é preciso que estejam dadas as condições para sua aparição, existência e circulação. Como diz Foucault (*apud* Stocker e Dalmaso, 2018), as possibilidades desse discurso estão reguladas e regulamentadas por uma “ordem do discurso”, onde cada enunciado é compreendido como um bem que tem regras de aparecimento, condições de apropriação e de utilização. Nesse sentido, discursos machistas ainda são comuns na atualidade, pois estão dadas as condições necessárias para sua aparição, existência e circulação.

Discurso é um conceito difícil de definir, pois há inúmeros conceitos conflitantes de diversas linhas teóricas. Para efeito dessa pesquisa, utilizamos a noção de discurso de Orlandi (2010). Segundo a autora, a contribuição da Análise de Discurso (AD) é nos colocar em estado de reflexão, mas sem cair na ilusão de que somos conscientes de tudo que existe, ela nos permite ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. O discurso, para a autora, é a palavra em movimento, uma prática de linguagem, ou seja, observa-se o indivíduo *falando*. Com a AD busca-se entender a língua enquanto sentido, como trabalho simbólico e como parte do trabalho social.

Nesse tipo de análise, é necessário refletir, além do que está sendo dito, pois, o silêncio (o que não é dito ou mostrado) pode significar tanto ou mais do que está sendo representado (ORLANDI, 2010). Consequentemente, refletir sobre mulheres jornalistas requer buscar sentidos no que isso suscita: o que é dito e o que não é dito através de suas representações.

Para a Análise de Discurso seguida por Orlandi (corrente teórica de linha francesa), não existe individualidade do sujeito, porque é no social que o sujeito toma forma.

Assim, não somos a origem do dizer, não somos a fonte dos sentidos. Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo...não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. (ORLANDI, 2010, p. 35-36)

Quando o indivíduo nasce, portanto, ele já está em um meio onde há discursos formados e assim é que ele ouve e reproduz discursos machistas, através de seus enunciados e ações. A cultura rio-grandense é fortemente marcada pela figura do gaúcho homem que parece estar em uma posição de poder e força maior que a da mulher. Em criações artísticas e literárias como contos, poesias e músicas que trabalham com a temática do tradicionalismo gaúcho, a mulher é representada, diversas vezes, como subordinada ao homem mesmo no ambiente de seu tradicional domínio, por exemplo, a cozinha da casa colonial, pois o homem é quem decide o que comer e quando tem fome e à mulher cabe servi-lo. Ainda que responsável pelo lar, historicamente, por muitos séculos, a mulher esteve apoiada na figura do patriarca, não teve direito à opinião e a fizeram submissa. Ainda hoje, pessoas seguem esse modelo de representação e reproduzem esses discursos construídos socialmente.

Nesse sentido, Orlandi (2010) aponta que o trabalho simbólico do discurso se dá na base da produção da existência humana. A Análise do Discurso entende a linguagem como mediação necessária entre o indivíduo e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, permite tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do indivíduo e da realidade em que ele está inserido.

Como já visto, os enunciados estão numa formação discursiva que se dá no social. Os discursos são como dinâmicas sociais e como uma forma de prática comunicacional. Ou seja, toda comunicação é discursiva e as pessoas se comunicam através do discurso. Esses discursos estão tencionados por sujeitos que têm interesses e ideologias. Em um estudo da década de 60 do psicólogo e pesquisador estadunidense, Marshall Rosenberg, que descreve o quanto é decisivo, numa prática comunicacional, conhecer e perceber o sentimento do outro. Esse espaço de escuta nessa teoria desenvolvida por Rosenberg é chamado de “Comunicação não-violenta” (CNV).

Esse processo da Comunicação Não-Violenta depende de quatro fatores, como aponta Rosenberg (2006), o primeiro, relacionado à observação das ações concretas que afetam nosso bem-estar, o segundo, em como nos sentimos em relação ao que foi observado, o terceiro, relacionado às necessidades e valores que estão gerando nossos sentimentos e o quarto fator

relacionado às ações concretas que pedimos para melhorar nossa vida. Nesse sentido, o pesquisador entende que a comunicação é o centro da resolução de conflitos.

A Comunicação Não-Violenta, segundo o autor, tem como objetivo nos ajudar a reformular o modo que nos expressamos e ouvimos os outros.

Quando utilizamos a Comunicação Não-Violenta em nossas interações – com nós mesmos, com outra pessoa ou com um grupo – nós nos colocamos em nosso estado compassivo natural. Trata-se, portanto, de uma abordagem que se aplica de maneira eficaz a todos os níveis de comunicação e a diversas situações (ROSENBERG, 2006, p.27).

A CNV pode ser utilizada em diversos ambientes, como na escola, na família, na igreja, nas organizações, em instituições, nas terapias e nos locais de trabalho.¹⁰ Em resumo, a CNV tenta nos guiar no processo de reformulação da maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros. Ela promove uma maior profundidade no escutar e fomenta o respeito e a empatia nos indivíduos (ROSENBERG, 2006).

A partir do surgimento desse estudo, novos estudiosos começaram a pesquisar sobre a temática, entre eles o pesquisador social inglês, Dominic Barter, que atua como consultor internacional em Comunicação Não-Violenta em Práticas Restaurativas. Nessa perspectiva, Barter (2012) em entrevista¹¹ aponta que nossa sociedade possui muito medo de gerar conflitos e não entende o conflito como um recurso abundante que poderia melhorar o sistema.

Os conflitos, para Barter (2011) são manifestações humanas, portanto, estão presentes nos relacionamentos. Porém, quando esses conflitos se configuram como violentos ou negativos é preciso do diálogo e da compreensão para tentar solucioná-los. Com isso, o autor aponta que a dinâmica da CNV tem como objetivo a tradução da linguagem violenta e opressora como uma expressão trágica de uma necessidade não atendida. É chamada de trágica pelos danos que causa e também pelo indivíduo que age desta maneira, já que a violência é uma forma ineficaz de conseguir o que se quer.

Conforme Parzianello (2018), a não violência, neste modelo utilizado por Rosenberg e Barter, não é uma forma de comunicação mais simpática, mas é uma ação que tem como objetivo a manutenção dos vínculos sociais e que promove uma linguagem mais inclusiva e

¹⁰ Mais tarde veremos como segundo o pesquisador, Warren Breed (1993), as ações profissionais geram constrangimentos nos ambientes de trabalho.

¹¹Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-krT6JI9RMA> > Acesso: abril 2018.

democrática, e também, firme e autêntica, que vê os conflitos como questões naturais e não como disputas.

Para nosso trabalho, a CNV é utilizada com o objetivo de entender como o silenciamento de algumas mulheres perante as violências sofridas pode gerar uma *Comunicação Violenta*. Em 2017, uma pesquisa realizada pela Gênero e Número e pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo)¹² com mais de 500 jornalistas brasileiras mostrou que o machismo afeta as profissionais em seu ambiente de trabalho. Os resultados apontaram que a presença de atitudes sexistas estava presente em redações de todo o país, em diversas situações, como: assédio sexual, discriminação, humilhação e desigualdade.

O estudo também apontou que apenas 15,1% das entrevistadas denunciaram à empresa a situação de assédio ou machismo sofrida no ambiente de trabalho. Esse silenciamento pode ser entendido como uma Comunicação Violenta, à medida que, o mesmo afeta e machuca a mulher que sofreu a violência e também é prejudicial ao agressor, pois ele continuará a reproduzir essa violência contra outras mulheres, uma vez que não existiu um confronto perante seu comportamento

A partir das entrevistas realizadas com as jornalistas mulheres em atuação no Rio Grande do Sul, buscamos entender a força que têm seus enunciados e o que elas querem dizer com o que estão dizendo. Buscamos compreender como essas mulheres reagem a esse sofrimento, como percebem o machismo no ambiente gaúcho e o que o difere de outras regiões do país.

¹²Disponível em: < <http://www.generonumero.media/pesquisa-da-genero-e-numero-e-da-abraji-traz-retrato-do-machismo-no-jornalismo-brasileiro/> > Acesso: abril 2018.

3 CULTURA PROFISSIONAL E CONSTRANGIMENTOS

No Brasil de 1800 era impensável uma mulher aprender a ler e tampouco escrever em um jornal, mas Nísia Floresta Brasileira Augusta fez o que parecia ser impossível. Segundo Ramos (2010), Nísia Floresta – pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto – pode ser considerada uma das pioneiras do jornalismo feminino no país. A autora explica que a jornalista começou a escrever para a revista “O Espelho das Brasileiras” em 1831 e depois colaborou para outros jornais escrevendo sobre a escravidão, problemas que os índios enfrentavam, preconceitos e direitos da mulher.

A autora Dulcília Buitoni é considerada uma das primeiras a realizar estudos sobre mulheres e jornalismo; em seu livro “Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira” (2009) apresenta uma retrospectiva da história das publicações voltadas para as mulheres. Em seu trabalho aponta que já na primeira metade do século XIX, existiam periódicos femininos. Segundo a autora, “O espelho Diamantino”, criado no Rio de Janeiro, em 1827, é o provável primeiro periódico feminino brasileiro. E em 1831, surge então no Recife “O Espelho das Brasileiras” com contribuição de Nísia Floresta.

Histórias como essas que relatam as mulheres e o jornalismo só foram resgatadas há pouco tempo. Rocha (apud Mota, 2013), relata que a presença feminina no jornalismo só foi realmente notada a partir da década de 1970 e não era considerada um fenômeno e sim uma tendência futura. Devido a isso, a identidade profissional do jornalista, por exemplo, dificilmente é representada por personagens femininos em séries, programas de televisão e filmes¹³. Apenas recentemente, se tem produtos audiovisuais que resgatam histórias de mulheres jornalistas¹⁴. Com isso, a própria cultura profissional acaba sendo representada pelo masculino e é sustentada uma ideia de que grandes jornalistas são homens.

Para Traquina (2005), a identidade jornalística faz parte de uma cultura profissional carregada de símbolos, crenças, mitos e representações. Um dos principais mitos que envolvem a identidade do jornalista, segundo o autor, está na ideia do “jornalista herói” forjado historicamente em torno de outros mitos, como: jornalista detetive, testemunha ocular

¹³ Filmes como “A montanha dos Sete Abutres” de 1951 que relata a história de um jornalista fracassado que tem a chance de resgatar sua carreira cobrindo o resgate de um homem preso em uma mina; “Cidadão Kane” de 1941 sobre o magnata da mídia, Charles Foster Kane e “Boa noite e boa sorte” de 2005 que retrata a história do âncora de televisão Edward R. Morrow quando resolve criticar métodos e estratégias usadas pelo senador Joseph McCarthy (Fonte: Capas cinematográficas das obras).

¹⁴ Filmes como “Mil vezes boa noite” de 2013 que retrata a história de uma fotojornalista de guerra; “The Post – A guerra secreta” de 2017 que mostra parte da história da jornalista Katharine Graham que coordenou o jornal The Washington Post por mais de duas décadas e a “A chave de Sarah” de 2011 sobre a jornalista francesa Julia Jarmond e sua cobertura jornalística sobre ocupação nazista na França (Fonte: Capas cinematográficas das obras).

da história, investigador, caçador de furos, perseguidor da verdade e representante do interesse público. São essas mitificações que segundo Veiga (2014, p.45), contribuem e estão relacionadas aos grandes mitos que envolvem o jornalismo: “neutralidade, objetividade, imparcialidade e, principalmente, verdade”.

Nessa cultura, repleta de ideologias, é evidenciada uma identidade profissional, um *ethos*, uma maneira de demonstrar como se deve ser jornalista e como se deve estar no jornalismo.

Conforme Neves e Parzianello (2004) a atuação social do jornalista transcende o ofício de apenas elaborar uma notícia. O profissional está presente na política, na economia, nas organizações sociais, buscando visibilidade para conquistar novos espaços. Nesse contexto, segundo as autoras, o jornalista age fazendo repercutir suas ações e, muitas vezes, desequilibra poderes, tornando esse meio de disputa pelo visível mais acirrado, “É nesta sociedade, mapeada de jogos de poder, que o jornalista encontra sustentação para elaboração de suas pautas e matérias” (NEVES E PARZIANELLO, 2004, p.19).

Com a profissionalização da atividade, a cultura profissional acaba sendo consolidada no campo jornalístico. Para Traquina (2005, p.35), “A existência de uma cultura profissional é o atributo mais importante, e, neste ponto, o jornalismo tem uma das culturas mais ricas, se não a mais rica”.

Para o autor, a cultura jornalística tem suas próprias características. Os jornalistas são indivíduos de “ação”, já que o jornalismo é uma atividade que depende muito do fator tempo, quanto mais rápido a notícia é produzida, melhor. Segundo Traquina (2005), saber escrever não é a única qualidade que um jornalista precisa ter; é necessário perspicácia, que na gíria do jornalismo significa “faro da notícia”.

Entre outras características, há a maneira de falar, que precisa ser clara e objetiva, já que o jornalista precisa se comunicar com públicos heterogêneos, a maneira como o jornalista vê o mundo também precisa ser diferenciada, tendo em vista que para ele é necessário fazer a seleção dos acontecimentos que vão virar pauta noticiosa (TRAQUINA, 2005).

A cultura jornalística segue princípios a partir dos critérios de noticiabilidade que vão orientar o processo da produção das notícias e rotina produtiva. Mas, a cultura jornalística também é permeada pelos mitos, símbolos e representações sociais (TRAQUINA, 2001).

Nessas representações sociais, o jornalista homem e a jornalista mulher acabam recebendo suas distinções que podem afetar, inclusive, suas rotinas de trabalho. Ao jornalista homem são atribuídas características como coragem e força para cobrir pautas que poderiam ser “perigosas” para uma mulher, pois se tem uma concepção de gênero hegemônica de que

homens podem ser mais corajosos e destemidos e mulheres mais delicadas e frágeis. Veiga (2014), em sua pesquisa de observação participante em um telejornal relata as diferenças que percebeu entre as distribuições de pautas entre homens e mulheres jornalistas, destacando uma divisão baseada no gênero:

Havia dois blocos de maior destaque no programa, o primeiro e o terceiro. Na divisão da concepção das matérias que deveriam constituir-los, o primeiro (e de mais prestígio) era das matérias fortes/sérias, e as que o compunham em geral eram sugeridas ou realizadas por Samuel. O repórter e apresentador tinha, portanto, primazia sobre esse bloco. Já o terceiro, composto por matérias leves/lúdicas, era ocupado majoritariamente por notícias sugeridas e/ou realizadas por Quitéria, conforme já referido. Os colegas pareciam já ter isso em mente, uma vez que faziam relação direta entre o apresentador-repórter e o perfil das pautas: Samuel e seriedade, Quitéria e brincadeira (VEIGA, 2014, p.157).

Veiga (2014), com seu trabalho chama atenção para o fato de que a mídia e o jornalismo são constituídos por gênero e produzem relações de gênero. E não apenas o jornalismo, mas todas instituições que nos permeiam, como aponta Louro:

As diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam os sujeitos, como também são elas próprias produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. De certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe, raça (LOURO apud VEIGA, 2014, p.64).

As contribuições de Louro e Veiga ilustram que este não é um objeto de estudo novo, ainda que sejam raras as publicações que tratam do tema. Nessa pesquisa o objetivo foi transcender as pesquisas que já se conhecia.

Veiga (2013, p.183) afirma que o prestígio e o poder decorrem de um processo complexo que vai além da competência profissional da¹⁵ jornalista e tem relação com a adequação da mesma a determinados perfis. Dentro desse ambiente, os homens são reconhecidos como os possíveis “portadores” desse tipo de perfil: “O masculino, parte das características idealizadas nas posturas profissionais, não era exclusividade dos sujeitos institucionalmente investidos nas estruturas de poder, mas indicativo de quem um dia poderia chegar mais próximo do (ou ao) topo da hierarquia”.

¹⁵ Essa distinção dual será usada a partir de agora textualmente neste trabalho quando nos referirmos a citações que digam respeito ao genérico plural masculino na tradição discursiva.

No que diz respeito à cultura, Hall (2013) estabelece que a mesma atravessa um período de abertura, decorrente das pressões que surgem das lutas em torno da diferença e resultam no aparecimento de novos sujeitos no cenário político. No entanto, há uma ressalva em relação a essa luta por representação cultural, há um poder de regulação em que esses indivíduos estão sujeitos.

Reconheço que os espaços “conquistados” para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e transgressão perde o fio na espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada (HALL, 2013, p. 377).

É a partir dessas diferenças estabelecidas entre os gêneros que a identidade de um indivíduo é criada. Segundo Pires e Torre (2018), a identidade depende da diferença, a diferença não se separa da identidade. Silva (apud Pires e Torre, 2018), explica que identidade e diferença não são apenas vinculadas, mas é a partir delas que se dá o próprio processo de produção da identidade.

Essas identidades e diferenças são “montadas e remontadas todos os dias, dentro das mais variadas dimensões da vida social” (PIRES E TORRE, 2018, p. 188). Nessa perspectiva, entendemos que a própria rotina e cultura jornalística criam identidades e diferenças que permeiam as relações de gênero dentro do ambiente de trabalho.

3.1 Constrangimentos e censura: o estudo de Warren Breed

O jornalismo possui diversas teorias que tem como objetivo explicar como se dá a produção da notícia, a forma de fazer jornalismo, entre outras questões. Entre essas teorias está a teoria organizacional, que entende que a notícia sai do âmbito individual e se desloca para o âmbito da organização jornalística. Nesse sentido, as normas da empresa se sobrepõem sobre os valores individuais de cada jornalista.

A teoria organizacional é uma das mais conhecidas do século XX (TRAQUINA, 1993), foi formulada pelo sociólogo norte-americano Warren Breed e trata dos constrangimentos organizacionais na atividade do jornalista. A teoria mostra que o jornalista se adequa à política do veículo em que trabalha, devido a um sistema sutil de recompensa e punição, dessa forma o jornalista acaba sendo socializado na política editorial da empresa já que quando ele tem alguma atitude que a organização acredita ser certa, ganha uma recompensa. Quando age de forma que a empresa julga errado, é punido.

Salomão (2007), aponta que na maioria das vezes, o profissional jornalista se conforma mais com as normas estabelecidas pela organização do que com suas próprias crenças e ideologias pessoais, abrindo mão delas.

Quando elaborou a teoria Breed apontou algumas questões que fazem com que o profissional jornalista se conforme com a política editorial da organização em que trabalha: 1) autoridade institucional e as sanções – várias das sanções que são exercidas na rotina produtiva jornalística, desde a distribuição das pautas ou exclusão de matérias; 2) sentimento de obrigação e estima com os superiores; 3) ausência de grupos de lealdade em conflito – há uma resistência de muitas redações da presença e atuação da representação sindical; 4) o prazer da atividade – os jornalistas amam seu trabalho e a satisfação tem um caráter não financeiro; 5) as notícias como valor – a relação entre jornalistas e a chefia é selada pelo interesse de ambos pela notícia.

Outra justificativa que leva ao conformismo por parte do jornalista diz respeito à aspiração de mobilidade. Conforme Breed (idem), os *staffers*¹⁶ mais novos possuem interesse em chegar a uma posição de prestígio. Eles têm como objetivo um bom plano de carreira e ir contra a política organizacional da empresa não seria considerado uma boa opção.

Breed (1993) afirma que, as normas da organização não são explicadas para o jornalista novato, o mesmo aprende por osmose, isto é, no processo da socialização dentro da empresa. Quando descobre interioriza suas obrigações e direitos: “Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades” (BREED, 1993, p. 155).

Salomão (2007), aponta que na cultura profissional jornalística, a direção da empresa, não precisa explicar seus pontos de vista para estabelecer como as pautas devem ser cumpridas, esse tipo de coerção que o jornalista precisa aprender a lidar já é conhecido. Segundo o autor é outro tipo de constrangimento que interessa:

Mas o tipo de constrangimento que interessa a esta discussão é de outra ordem. Ao ingressar em uma equipe de trabalho, o jornalista vai, rapidamente, intuindo e percebendo os humores, níveis de aceitação e rejeição em relação a temas, agentes e formas narrativas compartilhadas pelos colegas de trabalho (SALOMÃO, 2007, p. 135).

Conforme Traquina (2001), durante o exercício da profissão, a (o) jornalista tem noção de que seu trabalho irá passar por um sistema organizacional e que dentro da hierarquia os

¹⁶ Segundo Breed (1993), *staffer* são os jornalistas que não estão em cargo de chefia, e geralmente são os mais novatos.

seus superiores e assistentes têm determinados poderes e meios de controle. Outra questão diz respeito ao fator econômico, que possui um papel determinante na decisão da política editorial, já que as organizações jornalísticas visam lucros:

O jornalismo é também um negócio. Todas empresas jornalísticas, com exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas. As receitas provêm das vendas e da receita da publicidade. O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico. [...] os jornalistas enchem o espaço deixado em aberto pela publicidade (TRAQUINA, 2001, p.78).

O fator econômico não é a única influência durante a rotina produtiva. Segundo Oliveira (2005), principalmente em jornais pequenos, existe uma relação entre a empresa e pessoas com cargos políticos, o que influencia também o conteúdo das notícias, pois essas pessoas aparecem com frequência no jornal, sempre em matérias que possuem aspectos positivos. Esse tipo de acontecimento gera um constrangimento em repórteres, já que, vai de encontro aos seus valores de profissão.

Outra tensão, para Breed (1993, p.157) está na repreensão da chefia que não ocorre de forma agressiva e declarada, mas sim de forma subjetiva. Pode acontecer através de cortes, mudanças no texto, não creditar a notícia ao jornalista, dispor um espaço de menor destaque para a notícia. O autor diz que “O medo de sanções, mais do que a sua invocação, é uma das razões que levam ao conformismo, mas não é tão forte como poderia parecer à primeira vista”.

Sendo assim, os constrangimentos se estabelecem de diversas formas no trabalho jornalístico. Segundo Salomão (2007), esses constrangimentos têm a ver com interesses e jogos de poder dos chefes dos veículos e dos grupos que estão inseridos ou representam, possuem, também caráter organizacional que é criado nas relações do profissional jornalista com a organização em que trabalha. Também são atravessados pela complexa engrenagem que é o processo da notícia, que dizem respeito à “deontologia profissional, os mitos do trabalho jornalístico, as limitações de natureza estrutural para a execução do trabalho e, certamente, as inferências distintas inerentes a qualquer campo de atividade intelectual” (SALOMÃO, 2007, p. 139).

A sensação de autonomia profissional é o que dribla o sentimento de conformismo em relação a política editorial, segundo Breed (1993). O autor aponta que há cinco fatores que ajudam a tapear a orientação política da organização. São eles: 1) a falta de clareza de grande parte das normas que são estabelecidas na política editorial, que é vaga e pouco estruturada, dessa forma, é possível existir escapes; 2) a produção da notícia, os chefes acabam ignorando

certos fatos já que a função de ir atrás da notícia é do *staffer*, com isso, já que os chefes não estão presentes na coleta de informações, os *staffers* podem subverter a política editorial; 3) a (o) jornalista pode utilizar a estratégia da “prova forjada”, mesmo que a política editorial não queira dar ênfase a um determinado assunto, a (o) repórter que tenha uma boa história pode mandar seu trabalho para outra amiga (o) repórter publicá-lo no veículo que trabalha e apresentá-lo depois ao seu próprio editor e alegar que a matéria é importante e não pode ignorá-la; 4) O *staffer* tem o poder de selecionar o que vai ou não na notícia e; 5) a (o) jornalista que consegue alcançar prestígio na sua trajetória profissional, seja como colunista ou repórter especial, recebe o estatuto de “estrela” e assim, ganha autonomia e consegue se livrar facilmente dos constrangimentos organizacionais.

3.2 Relações de poder: o exercício da profissão da mulher jornalista

Na perspectiva de gênero, os aspectos se modificam. A entrada da mulher no mercado jornalístico potencializa a ocorrência de mudanças no que diz respeito à dinâmica organizacional, tendo em vista que há outros constrangimentos que uma mulher pode sofrer no ambiente de trabalho, que vão além dos estabelecidos por Warren Breed. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, inicia-se uma luta que busca direitos iguais entre gêneros nas organizações e salários iguais. Um instrumento que tem bastante relevância nesse processo de emancipação da mulher é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que aborda que deve existir igualdade entre os gêneros (BENEDICTO et al., 2007). Ainda assim, décadas após a Declaração, esse processo de igualdade continua sendo complexo e permeado por desigualdades que muitas vezes aparecem de forma sutil nas relações.

Descobrir essas sutilezas nas descrições das entrevistas que fizemos foi o desafio inovador dessa pesquisa. Percebemos, inclusive, que algumas agressões por serem sutis são demoradamente percebidas, havendo uma necessidade de consciência constante e crescente diante das formações discursivas constrangedoras.

Essas relações de gênero dentro do mercado de trabalho são perpassadas por relações de poder e hierárquicas, que se sobrepõe, principalmente sobre as mulheres jornalistas. No Brasil, Steil (1997), afirma que há uma dificuldade das mulheres assumirem os postos gerenciais mais altos das organizações. Isso é chamado de “teto de vidro”, um conceito que surgiu no final dos anos 1980 nos Estados Unidos e, se refere a uma barreira sutil, ou nível na hierarquia, que as mulheres, geralmente, não conseguem alcançar, porque parece que tais

posições estão reservadas apenas para os homens, o “teto de vidro” permeia a cultura das organizações de uma forma menos visível, mais sutil.

Dados estatísticos evidenciam a existência do “teto de vidro” em diversas empresas. Uma pesquisa do Instituto Ethos (2016)¹⁷ sobre o perfil social, racial e de gênero das maiores empresas do Brasil, mostra que a desigualdade entre homens e mulheres está presente nessas organizações. 86,4% do quadro executivo das mesmas são ocupados por homens. Nessas empresas, as mulheres são maioria entre os homens nas categorias “estagiários” e “aprendizes”. Os dados apontam que há uma sub-representação das mulheres nessas organizações.

No entanto, algumas teóricas não acreditam que o termo “teto de vidro” seja suficiente para explicar a vivência das mulheres no mercado de trabalho. Eagly e Carli (2007), apontam que, antigamente era praticamente impossível uma mulher alcançar um cargo de chefia em uma empresa, pois era extremamente complicado acabar com as barreiras que as impediam de chegar ao topo. Segundo as autoras, o termo “teto de vidro” não consegue expressar a complexidade e a variedade dos desafios que as mulheres atualmente enfrentam. Elas afirmam que o termo usado deveria ser “labirinto”, que é um símbolo contemporâneo que transmite a noção de que há uma trajetória difícil para um objetivo que vale a pena lutar, isto é, mesmo que o trajeto não seja simples, há uma rota que pode ser viável para alcançar o objetivo almejado: chegar ao topo (EAGLY e CARLI, 2007).

Segundo Eagly e Carli (2007), os principais desafios que impedem uma mulher de alcançar um cargo de chefia dizem respeito a: 1) preconceito: os homens são promovidos mais rapidamente que as mulheres, mesmo tendo qualificações equivalentes; 2) resistência à liderança feminina: há um conjunto vasto de associações mentais sobre mulheres em cargos de liderança, as mesmas não são vistas como pessoas que possuem características adequadas para trabalhos que exigem poder; 3) estilo de liderança: várias líderes mulheres precisam lutar para balancear qualidades vistas como femininas (compaixão, por exemplo), com qualidades que a população pensa que líderes de sucesso precisam ter (controle, por exemplo); 4) exigências do âmbito familiar: as mulheres ainda precisam dedicar mais tempo à família e muitas vezes interrompem suas carreiras ou estão sobrecarregadas para se dedicar ao seu avanço profissional.

Isso reflete na forma como a sociedade enxerga homens e mulheres no mercado de trabalho, criando assim uma representação esperada de quem deveria liderar uma empresa e

¹⁷ Disponível em: < https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_racial_genero_500emp > Acesso em: 9 de agosto. 2018.

de quem deveria gerir a vida doméstica. Para Lips (1991), a imagem de uma pessoa poderosa é sempre masculina, a autora aponta um estudo de 1965 realizado pela *Harvard Business Review*, uma publicação da *Harvard Business Publishing*, feita com 2000 executivos de negócios. A pesquisa apontou que 31% dos entrevistados masculinos descreveram as mulheres como “temperamentalmente inapropriadas para gerenciamento”. O ideal de chefe era percebido como um personagem masculino: competitivo, agressivo, dominador, firme, vigoroso e racional.

Essas relações de poder ou a disputa pelo poder são os principais pilares dessas diferenças entre os gêneros. Conforme Meyer (1996), a relação entre homens e mulheres é constituída por uma luta política pelo poder. No entanto, segundo ela, quando se considera o poder como um eixo para a análise das relações de gênero, é preciso diferenciar as relações de poder das relações de dominação. Nesse sentido, deve-se considerar o poder como capacidade de agir sobre a ação do outro, o diferenciando das relações fixas e assimétricas que caracterizam a dominação, onde as estratégias concretas de reação não existem.

Para Foucault (1988), essas relações de poder não são estáticas, elas são dinâmicas e interagem entre si, se reorganizando, se separando, se contradizendo e formando sistemas mais abrangentes.

Diante disso, Miranda et al. (2012), afirma que o poder pode ser utilizado como um conceito que permite mapear semelhanças, diferenças, limites e transformações que dizem respeito ao âmbito das relações de gênero.

O conceito de relações sociais de gênero, segundo Capelle et al. (2004), deve ser pensado de forma particular e, ao mesmo tempo, de forma não fragmentada, já que essas relações existem em todos os lugares e em todos os níveis do social.

Ao se relacionar o conceito de relações de gênero à noção de prática social, possibilita-se a periodização histórica dessas relações, a qual é capaz de evidenciar as formas que a interação social entre homens e mulheres adquire ao longo do tempo (CAPELLE et al., 2004, p. 5).

Nessa perspectiva, as autoras apontam que as relações de gênero devem ser consideradas como práticas discursivas que refletem e distribuem manifestações de poder e resistência entre as pessoas e estão de acordo com os interesses dos grupos que se organizam e se enfrentam em campos de disputas sociais.

E no que diz respeito às práticas organizacionais, Peterson e Albrecht (apud Capelle et al., 2004), afirmam que as organizações formatam, definem e reproduzem as distinções

hegemônicas que existem entre homens e mulheres, de uma forma sutil, mas que é poderosa e se dá através da construção de discursos, políticas e procedimentos que fundamentam a vida social e organizacional.

Para Moore (2000), a diferença que é marcada pelo gênero, representa as diferenças muito reais de poder entre grupos de pessoas e entre indivíduos. Questão que tem reflexo no exercício do jornalismo. A pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro— características demográficas políticas e do trabalho jornalístico (2012)¹⁸”, aponta que há uma expansão da presença de mulheres no jornalismo que representam 64% do número de jornalistas, mas mesmo assim, os homens continuam exercendo o maior número de cargos de chefia.

Para Steil (1997, p.63-64), o processo para a seleção dos altos cargos na hierarquia social de uma organização é “complexo e subjetivo”, e há nele uma tentativa de ocultar as discriminações contra as mulheres no que se refere à ocupação desses cargos. Segundo a autora, essas relações de conflito entre os gêneros são muitas vezes escondidas pelas organizações e nas entrelinhas do que as pessoas falam e fazem há uma forma sutil de discriminação: “A supressão desses conflitos é fácil de negar, difícil de detectar e ainda mais difícil de estudar”. Segundo a autora, a estrutura organizacional é um sistema que está ligado aos valores dos membros-chave da organização:

A estrutura organizacional é, então, parcialmente determinada pelos valores dos que possuem poder para influenciá-la. A existência de consenso extensivo sobre os valores que regem a organização pode reforçar o status quo e a resistência à mudança. A realidade organizacional atual, representada pela contínua exclusão de mulheres dos postos de comando e visibilidade, pode ser o reflexo dos valores dos grupos masculinos, que consideram não ser aquele o lugar próprio para o grupo psicológico formado pelo gênero feminino (STEIL, 1997, p.68).

Essa relação de poder estabelecida dentro do local de trabalho entre homens e mulheres, pode ser um espaço de resistência e transformação, ela tem a conotação de poder, justamente porque pressupõe que há sujeitos livres e possibilidades de existência de uma resistência, reação e transformação capaz de escapar da sujeição do outro (BENEDICTO et al., 2007).

Nessa lógica, se tem a percepção de Foucault (apud Capelle et al., 2004) de que o poder quando aplicado às relações de gênero possibilita uma ruptura com a polarização entre o masculino e o feminino, pois não há uma aceitação de que apenas um dos dois pólos possui

¹⁸ Disponível em: < <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf> > Acesso em: 9 de agosto. 2018.

o poder, ao passo que o outro é completamente submetido a ele. Porém, esse fato não impede que em certos momentos – mesmo na maioria deles – alguns dos sujeitos sejam mais submetidos às manobras de poder do que os outros.

A complexidade das relações de poder e de gênero não está segundo a vasta literatura existente nesse tema, apenas na forma como homens e mulheres se relacionam. Isso está estruturado num espectro muito maior que é construído culturalmente através de centenas de anos em que o masculino deteve poder sobre o feminino; romper com isso não se dá de forma rápida e fácil. No entanto, à medida que há uma reformulação das relações entre homens e mulheres no mercado de trabalho, é possível reconfigurar também as relações entre esses indivíduos.

Contudo, apesar dos percalços e das dificuldades durante o exercício da profissão, as mulheres conseguiram avançar em estruturas sociais que por muito tempo foram exclusivas aos homens. Elas atualmente, ocupam um papel importante na história do jornalismo, como apontam Barbeiro e Habib (apud Michel e Soares, 2009), as mulheres não são mais meros personagens das reportagens, são as realizadoras do jornalismo.

Todas as questões levantadas até aqui apontam para um problema ainda mais específico e que merece tratamento. Diz respeito à sutileza das agressões sofridas por mulheres jornalistas. As pesquisas já realizadas as quais tivemos alcance não chegavam a tratar dessa questão na dimensão de uma violência sutil. Os estudos publicados e as teorias a eles vinculadas precisavam ser superados para que nossa pesquisa representasse uma efetiva contribuição aos estudos do campo do jornalismo sobre a violência contra mulheres profissionais. Nesse sentido, nos desafiamos a ir além das teorias, por meio das vozes das mulheres jornalistas no Rio Grande do Sul e que foram entrevistadas para essa pesquisa.

4 ALÉM DA TEORIA: RELATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES JORNALISTAS

Reforçamos para introdução a este capítulo que a presente pesquisa começou a tomar forma fundada em questionamentos pessoais que diziam respeito às violências sutis que as mulheres sofrem em sociedade. Quando tomamos conhecimento da pesquisa realizada pela Gênero e Número e pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) em 2017 com mais de 500 jornalistas brasileiras que mostrava como o machismo afeta as profissionais em seu ambiente de trabalho com resultados que apontavam para a presença de atitudes sexistas em redações de todo o país, em diversas situações, como: assédio sexual, discriminação, humilhação e desigualdade. Além disso, o estudo também apontava que do número total de entrevistadas apenas 15,1% denunciaram à empresa a situação de assédio ou machismo sofrida no ambiente de trabalho.

A partir desses dados, avançamos, trazendo essa questão da identificação dos constrangimentos e das micro agressões contra mulheres jornalistas e como o silenciamento dessas violências podem gerar uma comunicação violenta. Entre os meses de abril e maio, a pesquisa começou a amadurecer, com isso, iniciou-se um período de mapeamento das entrevistadas em potencial, e então, entramos em contato com essas mulheres jornalistas em exercício no Rio Grande do Sul, através de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*. Entre os meses de junho, julho e agosto efetivaram-se as entrevistas; esse período foi escolhido em função da facilidade prática para deslocamento até as cidades das entrevistadas e realização das entrevistas presenciais.

Neste capítulo, serão apresentadas 13 jornalistas mulheres do Rio Grande do Sul, com idade entre 23 e 48 anos, as quais relatam suas experiências profissionais e como sua categoria de gênero gera implicações no exercício da profissão. Os relatos colhidos correspondem às violências sofridas pelas entrevistadas, situações que presenciaram ou ouviram sobre colegas mulheres de profissão. As entrevistadas são de diferentes regiões do Estado, mas atuam no Rio Grande do Sul e os encontros com as mesmas se deram de forma presencial. Na ocasião foi explicado para elas o intuito da pesquisa, todas assinaram um termo de livre esclarecimento tratado como um documento científico na Universidade que está sobre poder da pesquisadora e deste orientador do trabalho.

Metodologicamente optamos por não escrever na íntegra as entrevistas realizadas e, dada a consciência da pesquisadora no tratamento da amostra, a alternativa que pareceu mais interessante foi a de recortar das entrevistas os dizeres que interessavam argumentativa e analiticamente.

Tendo em vista que todo processo de enunciação naturalmente vinculado às narrativas orais se encontra em um contexto, tomamos por concreta a necessidade de que as análises sobre essas amostras empíricas levem em consideração aspectos do contexto a fim de poderem ser interpretadas devidamente. Com isso, queremos dizer que é preciso pensar o que disseram as jornalistas mulheres para além das estruturas frasais ou de fala, portanto, transfrásticas, com seus implícitos, com aspectos de sentido por serem quem são em sua identidade, representação e gênero. Tal análise, só se consegue alcançar aliando em perspectiva qualitativa à narrativa oral (a história oral) e a tradição dos estudos de discurso.

Os estudos de discurso possuem por sua natureza histórica tanto uma força teórica quanto metodológica. Isto é, as mesmas teorias que fundamentam a compreensão dos processos e fenômenos discursivos são também em si estratégias metodológicas de investigação: as teorias do discurso são também metodologias.

Por uma decisão politicamente correta de gênero, optamos por não chamar as entrevistadas de “sujeito” e nem dar a elas nomes fictícios. Trabalhamos com uma identidade genérica neutra numérica, nesse sentido temos a entrevistada 1 até a entrevistada 13. O anonimato das entrevistadas é usado para preservar a identidade das mesmas, o que importa são suas concepções e experiências acerca do tema da pesquisa. Para explicar melhor, “não é o nome literal das coisas (aldeia, pessoas), mas antes a descrição pormenorizada da vida social que realça a veracidade de seu relato” (FONSECA apud VEIGA, 2010, p.75). Sendo assim, os marcadores sociais das entrevistadas são importantes, pois ajudam a entender o contexto, a cultura profissional e a subjetividade desses profissionais e os seus constrangimentos sofridos no exercício da profissão.

A pesquisa buscou antes de tudo reconhecer em cada dizer quais enunciados e que marcas discursivas essas mulheres traziam ao falar de seus sentimentos de violência. Essa prática de expressão e narratividade coloca-se como um instrumento de comunicação não violenta. Conforme Barter¹⁹ (2012), a violência está em não poder expressar o sentimento ou a dor sofrida de uma maneira dialógica, evidentemente que o diálogo seria de fato não violento se estabelecido com o agressor, mas diante da impossibilidade sociotemporal dessa mediação, reconhecemos que o valor terapêutico da expressão dos sentimentos das entrevistadas vem na direção de justamente a não violência.

¹⁹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-krT6J19RMA> > Acesso em: 22 maio. 2018.

4.1 Assédio nosso de cada dia: “os elogios mascarados”

A entrevistada 7 trabalha com rádio e televisão há quatro anos, atualmente está alocada em uma das grandes emissoras do Rio Grande do Sul. Sua entrevista foi realizada em seu local de trabalho, no caminho da porta de entrada até a sala onde aconteceria a entrevista. Três homens a abordaram de uma forma indelicada e os comentários variavam de sua aparência a sua vestimenta. Ela responde aos colegas com certo deboche e disfarça não estar desconfortável com a situação. Quando perguntada se já sofreu assédio no local de trabalho ela responde:

Todos os dias, acredito que todos os dias eu enfrento pequenos assédios e aí são retratados de uma forma, principalmente, através de elogios. Aqueles elogios mascarados, então isso eu considero um pequeno assédio, que também pode comprometer naquilo que tu interpretas (ENTREVISTA 7, 2018).

No desconforto de sua voz e em sua fala ela deixa claro que os “elogios” não são recebidos como tal, pelo contrário, afetam negativamente seu dia-a-dia no trabalho. A solução encontrada pela mesma foi: /Lidar com os homens como eles lidam com as mulheres/, ou seja, levar na brincadeira os comentários é uma forma de não se afetar como profissional em sua percepção. Mas como aponta, nem sempre essa é a solução, em casos menos sutis as alternativas de defesa se modificam. A entrevistada relata que em seu primeiro trabalho como jornalista era assediada fisicamente inúmeras vezes pelo filho do dono do veículo em que trabalhava. Na ocasião, expôs para o agressor seu desconforto e exigiu respeito, o que foi considerado pelo mesmo como uma “brincadeira”. Nunca levou o caso à chefia porque o dono do veículo e também pai do agressor reproduzia os mesmos comportamentos.

Era um hábito de ambos. Talvez por ser jovem, ter recebido uma oportunidade da parte deles, ser a primeira rádio que eu estava trabalhando, então acho que ele se sentiu no direito de fazer isso, ‘estou te cedendo essa oportunidade, então corresponda’. Obviamente que eu não correspondi, mas que era desagradável era. Era uma coisa que não era consentida (ENTREVISTA 7, 2018).

Bourdieu (2011) aponta que existem certos mecanismos sociais que permitem a dominação masculina em sociedade. Tradicionalmente, sobretudo, em culturas conservadoras como a gaúcha, os gestos de valentia ou covardia são interpretados relacionados a cromossomos ou filiações hereditárias. “O pai já era macho”, ouvia-se dizer. Na verdade, isso tem relação com a socialização que começa com o pai e é amparada no contexto e leva a esse comportamento inevitável do homem. O autor entende que diferentes universos sociais possuem diferentes percepções de masculinidade. Nesse caso, as investidas insistentes que a

entrevistada 7 recebeu são uma forma, talvez inconsciente, de demonstrar certa superioridade do homem sobre a mulher.

Esse assédio sexual que a entrevistada 7 passou em seu primeiro local de trabalho é, indiscutivelmente, uma conduta ofensiva no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, que é o princípio da Constituição Brasileira de 1988, e é com ela que a preocupação com o ser humano se consagra enquanto uma finalidade constitucional reconhecida como uma situação grave.

A entrevistada 8 trabalha como jornalista há 16 anos e é repórter em uma das grandes emissoras do Estado. Quando perguntada sobre existência de constrangimento ou assédio no local de trabalho ela responde: /Existem piadas, porque qualquer ambiente machista tem, principalmente em televisão que tem muito homem A gente ouve piadinhas de cunho machista, isso desde sempre/, no entanto, logo após especificar os tipos de comentários de cunho sexista que recebe de colegas homens ela ressalta que não se sente ofendida e que tudo não passa de uma brincadeira.

Eles me consideram tipo um 'homem' ali dentro, eles falam putaria [ip.lit], mostram 'vídeo né' que recebem no *WhatsApp*. Eu dou risada com eles e sigo a vida. Tem gente que se ofende, tem mulheres que não gostam, aí eles não fazem. Eles são muito respeitosos nesse sentido. E aí é assim que eu me defendo (ENTREVISTA 8, 2018).

Em sua fala ela deixa claro que se sente parte do grupo masculino por ser considerada um homem quando está com os mesmos, denotando que o respeito a ela deriva dessa constatação. Em um primeiro momento, a entrevistada relata os comentários como constrangimentos no ambiente de trabalho, porém em um segundo instante ressalta que não são ofensivos. No campo da psique humana existem dois domínios, o da razão e o da emoção, quando a entrevistada começa a responder à questão vai para o lado da subjetividade, o lado da emoção. No entanto, a medida em que vai projetando essa fala e racionalizando esse sentimento, escolhe dar mais importância para a razão do que ao sentimento.

Culturalmente, as mulheres são ensinadas a racionalizar os seus sentimentos, sendo educadas a conviver com uma lógica racional dominante que as faz sentir ridicularizadas ao serem vitimadas, dessa forma são mergulhadas em um quadro de apagamento de suas emoções, com isso elas negam o seu ego e dão prevalência a uma interpretação consensual machista normativa, de que ao homem cabe realmente cortejar uma mulher no sentido clássico, mesmo que esse cortejo seja insinuante ou supostamente impróprio e, principalmente, do ponto de vista da mulher, nitidamente indesejável. Há um sentimento de

que ao confirmar que isso dói em si mesma, a mulher se coloca na contradição da razão. Mas é justamente isso que está em questão, até que ponto essa normalização é uma conduta que precisa ser questionada?

O que é importante ser esclarecido é que o elogio e a simples cantada feita de maneira razoável e respeitosa não se caracteriza como assédio sexual. Como afirma Arruda (2005, p.58), o assédio não deve ser misturado com uma simpatia ou elogio, no entanto, precisa existir uma sintonia quanto às emoções. No assédio, apenas uma pessoa quer, ou seja, é um ato unilateral. O elogio quando apropriado em tom, linguagem, espaço e tempo é bem-vindo. O que defendemos que seja pensado é o desconforto emocional que causa determinado tipo de discurso em certas configurações sociais que acabam representando discursos de sedução e controle que reforçam o papel da mulher como submissa.

4.2 Recompensas e Sanções: refletindo sobre o estudo de Breed

Propomos aqui refletir nosso material empírico com base nas categorias propostas por Breed (1993) para entender como essa investigação sobre os constrangimentos à mulher jornalista se dá na socialização da mesma no local de trabalho. Evidentemente, os constrangimentos sofridos por mulheres jornalistas vão muito além do que já foi estabelecido pelo autor, mas é possível identificar sanções e recompensas semelhantes.

A entrevistada 4 trabalha como jornalista há 4 anos e é repórter multimídia de um dos grandes jornais impressos do Estado. Em sua equipe de produção há três mulheres e cinco homens jornalistas, na conduta do seu chefe percebe constantemente uma sanção recorrida às mulheres e que não é feita da mesma forma aos homens.

Principalmente quando é uma coisa punitiva, por exemplo, alguém se equivocou, apurou mal alguma coisa ou errou algo de rotina do site. Nesses casos, os homens quando erram parece que é uma coisa acobertada, e já as mulheres não. Por exemplo, a gente tem uma pauta do dia da equipe que é onde ele [chefe] coloca recados sobre, normalmente quando é uma mulher que erra vai anotado na pauta, tipo assim '*Jornalista tal, ontem esqueceu de fazer tal coisa*' e quando é homem isso não acontece. Isso é bem evidente. E todos da equipe podem ver esses recados. Então é uma situação que a gente se sente exposta, tipo 'pô, por que que com o outro ele aliviou?' (ENTREVISTA 4, 2018)

Segundo Breed (1993), essa repreensão da chefia não acontece de uma forma declarada, ela é mais sutil. Pode acontecer através de cortes e mudanças no texto do profissional jornalista, ou como citado acima, através de apontamentos dos erros

publicamente. Porém, no caso da entrevistada 4, isso só acontece com as mulheres jornalistas e nunca com os homens jornalistas.

Breed (1993) explica que o medo das punições leva com que o jornalista se conforme com a política editorial da empresa e coloque a mesma acima de seus valores e convicções. Porém, mulheres jornalistas não sentem apenas medo das punições e não precisam se conformar apenas com a política editorial, elas sentem medo também da demissão e de não ser recolocadas no mercado de trabalho após uma denúncia de assédio, com isso precisam se calar e se conformar após os constrangimentos sofridos por serem mulheres.

A entrevistada 1 trabalha com jornalismo há 10 anos em uma agência onde atua com coordenação de mídias sociais. Ela relata que já trabalhou em uma empresa com casos latentes de meninas assediadas no ambiente de trabalho durante viagens feitas pela empresa. Os casos não são levados aos órgãos competentes, segundo ela, por medo: /A menina que passou por isso deixou muito claro que ela sabia que se denunciasse em três meses iria ‘para rua’ pela cultura machista [da chefia], então ela não quis arriscar/.

A distribuição de pautas é outra sanção recorrente na rotina jornalística de mulheres jornalistas. A entrevistada 6 é repórter do site de um dos grandes veículos do Estado e trabalha há dois anos como jornalista. Em seu dia-a-dia relata que raramente recebe pautas de esporte, principalmente futebol, temática que dá mais audiência no site. /Quando se trata de esporte eles [chefia e colegas de trabalho] sempre preferem esperar por um outro colega que vai chegar depois para fazer do que deixar nas minhas mãos. E eles sabem que eu sou capaz disso/. Além de constranger, essa situação interfere na autoestima da profissional, que se sente desvalorizada e incapaz em seus afazeres.

No entanto, algumas questões permitem que as mulheres desviem o sentimento de conformismo e tenham a sensação de autonomia profissional. Breed (1993) aponta que um dos fatores está relacionado ao alcance de prestígio na trajetória profissional, a jornalista quando recebe o estatuto de “estrela” ganha autonomia e consegue se livrar dos constrangimentos.

A entrevistada 12 ocupa uma posição de prestígio em uma das grandes emissoras do Estado onde trabalha como apresentadora de um programa de televisão, ela relata que no início de carreira recebeu alguns comentários indelicados, mas que depois da consolidação no mercado, é raro: /Depois de um tempo estando no mercado, que as pessoas já me conhecem, é um pouco mais difícil, talvez no começo da profissão isso ocorresse com uma certa frequência do que eu vivo agora/.

Mas essa ascensão na profissão não traz apenas aspectos positivos para as mulheres. Quando alguns homens conquistam espaço de prestígio se sentem no direito de constranger colegas mulheres de profissão. A entrevistada 6 relata que em um final de expediente quando saía do jornal em que trabalha um fotógrafo também estava saindo, quando a viu passar gritou “Ah, se eu fosse mais jovem”, no meio de inúmeras pessoas.

Na hora eu fiquei em choque, são aquelas situações que tu não sabes o que fazer ou não responde. Por ele ser chefe de um dos setores dentro do jornal tu não vai querer responder porque isso vai pegar mal para ti. Ainda mais eu que sou nova no meio do jornalismo. Então, eu só dei um sorriso e segui em frente, não respondi nada a altura e nem reclamei disso com outra pessoa (ENTREVISTA 6, 2018).

Conforme Breed (1993) as jornalistas novatas possuem um interesse em alcançar melhores posições dentro da organização e ir contra a política organizacional da empresa não é considerado uma boa opção. Para as mulheres, levar a público as violências sofridas não se torna uma opção pelo mesmo motivo.

Outras formas de constranger no ambiente de trabalho são através de piadas, comentários, brincadeiras e deboches. Essas formas de expressão reforçam a ideia de uma posição subalterna das mulheres em sociedade. A entrevistada 5 trabalha em uma das grandes emissoras de rádio do Estado e está no jornalismo há nove anos, ela conta que um colega de trabalho que apresenta alguns programas ao seu lado e está na emissora há bastante tempo faz constantemente brincadeiras com ela ao vivo.

Teve um dia que a gente estava fazendo uma aposta no ar, a gente dizia: “Quantos torcedores têm hoje aqui?” “Eu acho que tem 17 mil”, aí eu disse “Ah então se eu acertar, o que eu ganho?” , aí ele respondeu “Vamos apostar um beijo então”. Se fosse um colega homem ele não ia fazer uma aposta de um beijo no ar, com um monte de gente ouvindo, sendo que ele tem esposa e eu tenho namorado, mas não é nem essa questão de não ser solteiro, mas é uma coisa que não se faz. Eu fiquei bastante constrangida (ENTREVISTA 5, 2018).

As piadas, brincadeiras e deboches exemplificadas acima, não se configuram apenas como um mero assédio ou inferioridade moral, trata-se também de uma ofensa a intelectualidade das mulheres.

4.3 *Mansplaning e manterrupting*: “O que ela quer dizer...”

A escritora estadunidense, Rebecca Solnit, escreveu um artigo que ficou bastante conhecido, a história é sobre um homem que durante uma conversa em uma festa fazia interrupções em sua fala repetidas vezes, e explicava porque ela deveria ler determinado livro

que havia sido lançado recentemente, o curioso é que se, ele tivesse dado espaço para ela responder durante a conversa, teria descoberto que ela tinha escrito o livro do qual ele tanto falava. O artigo da autora se tornou um livro, chamado “Os homens explicam tudo para mim”, e foi inspirado pela obra que surgiu o termo em inglês para “homens explicando”: *mansplaning*.

Já o termo *maninterrupting* surgiu através do artigo “Falando enquanto mulher” (Speaking while Female²⁰), publicado em 2015 no jornal estadunidense The New York Times, escrito pelo chefe de operações do *Facebook*, Sheryl Sandberg, e pelo professor da escola de negócios da Universidade da Pensilvânia, Adam Grant. No texto, os autores usam como exemplo um estudo realizado por psicólogos da Universidade de Yale, que apresenta como senadoras americanas se pronunciam, consideravelmente, menos que seus colegas homens de posições inferiores. O termo *maninterrupting* (homens interrompendo) é quando um homem interrompe uma mulher de forma desnecessária, conscientemente ou não.

A entrevistada 2 trabalha com jornalismo há seis anos, atualmente atua em produção de conteúdo em uma empresa de assessoria de comunicação. Em sua rotina de trabalho precisa participar de muitas reuniões e relata que a prática de *mansplaning* e *maninterrupting* é muito comum.

Qualquer reunião que tenha homens, basicamente acontece, porque é uma coisa cultural. Hoje, para mulher não falta tanto espaço de fala, o que falta é espaço de escuta. Porque uma coisa é tu estar falando, outra coisa é tu estar sendo ouvido. E quando é um homem, por mais que ele fale a mesma coisa que a mulher falou, é tratado como uma grande ideia (ENTREVISTA 2, 2018).

Uma pesquisa²¹ realizada em 2014 na Universidade George Washington nos Estados Unidos liderada pela pesquisadora de comunicação e gênero, Adrienne B. Hancock, mostrou que mulheres são duas vezes mais interrompidas que homens em conversas. Durante a pesquisa, 40 pessoas – 20 homens e 20 mulheres – foram estimulados a conversar em grupos de mulheres com mulheres, homens com homens e mistos. O resultado apurou que as mulheres foram 2,1 vezes mais interrompidas por homens em conversas de três minutos.

Outra pesquisa realizada em 2012, traz resultados semelhantes. O pesquisador Christopher Karpowitz da Universidade Brigham Young nos Estados Unidos, apontou que em

²⁰ Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2015/01/11/opinion/sunday/speaking-while-female.html>> Acesso em: 25 de setembro de 2018.

²¹ Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0261927X14533197?journalCode=jlsa>> Acesso em: 25 de setembro de 2018.

situações de trabalho as mulheres não apenas são interrompidas, mas elas também falam bem menos.

Segundo o estudo “Desigualdade de Gênero em Participações Deliberativas”²² realizado pelo pesquisador, os homens falam durante 75% do tempo em discussões de trabalho. O experimento foi realizado com 94 grupos com pelo menos cinco pessoas – em cada grupo havia uma ou duas mulheres –, a discussão era sobre o que deveria ser feito com determinada quantia que o grupo tinha ganho em conjunto.

A decisão precisava ser tomada de duas maneiras: a primeira, por maioria, e a segunda, por unanimidade. A primeira situação apontou que as mulheres falaram bem menos. Segundo o pesquisador, isso ocorria por estarem em minoria, então se sentiam menos influentes no grupo e acreditavam que não seriam ouvidas. Porém, quando a situação precisava ser tomada por unanimidade, as mulheres se sobressaíam, mesmo em menor número.

No jornalismo, assim como em outras profissões, o *mansplaning* e o *manterrupting* acontecem com maior frequência em reuniões de trabalho. No entanto, também ocorre em coletivas de imprensa onde há ambos repórteres, mulheres e homens, e pode acontecer tanto por parte do entrevistado quanto do colega de trabalho. Segundo a entrevistada 13, que trabalha em um jornal impresso, as editorias de esporte, negócios e política são onde mais acontecem situações de *mansplaning e manterrupting* por parte de colegas de trabalho homens.

A participação durante a fala e o espaço de escuta tem importância, porque há uma relação direta na contribuição para autoridade, como aponta o pesquisador Karpowitz (2012). Quando uma mulher é valorizada em seu espaço de fala ela desenvolve uma influência que é mais percebida, e isso colabora para a valorização da mesma em sua profissão.

4.4 “Essa ideia é minha”: *Broappropriating* no jornalismo

O termo “*Broappropriating*” teve sua primeira aparição através de um artigo intitulado “Como não ser ‘*manterrupted*’ (interrompida por homens) em reuniões”²³ (How Not to Be ‘Manterrupted’ in meetings) publicado em 2015 na revista Time pela jornalista Jessica

²²Disponível em: < <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/gender-inequality-in-deliberativeparticipation/CE7441632EB3B0BD21CC5045C7E1AF76> > Acesso em: 25 de setembro de 2018.

²³ Disponível em: < <http://time.com/3666135/sheryl-sandberg-talking-while-female-manterruptions/> > Acesso em: 01 de outubro de 2018.

Bennet. No artigo, a autora explica que não é responsável pela autoria do termo, mas que foi uma expressão que teve seu surgimento em conversa entre amigos.

A expressão é um neologismo em língua inglesa formado pela junção do prefixo “*Bro*”, que nesse sentido tem o significado de “*Brother*”, que em português representaria a gíria “Cara”, e a palavra inglesa “*propriating*”, que significa apropriação. O termo se refere a situações em que homens tomam para si crédito de ideias expressadas por mulheres, na maioria das vezes isso ocorre em situações profissionais. A expressão também possui uma versão reduzida e é mais conhecida por ela: *bropropriating*.

Um caso bastante repercutido em veículos midiáticos nos Estados Unidos²⁴ sobre *bropropriating* aconteceu em 2016, quando um grupo de mulheres que trabalhava na equipe de assessores do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, criou uma estratégia para lidar com as interrupções constantes e apropriações de suas ideias por colegas homens, que eram maioria numérica. A técnica, chamada “*amplification*”, consistia em uma mulher repetir e dar crédito a ideias propostas por outras mulheres no momento em que aconteciam, com isso os homens acabavam reconhecendo o que estava sendo proposto e não tomavam para si a autoria.

A entrevistada 11 trabalha com jornalismo há quatro anos e atualmente atua em uma agência de comunicação. Uma dificuldade encontrada em seu último trabalho foi de não ser escutada toda vez que sugeria uma ideia, no entanto, sempre que um colega de trabalho repetia as sugestões oferecidas por ela era escutado.

Eu percebi que se eu quisesse que minha ideia fosse levada a sério no meu último trabalho, eu tinha que passar minha ideia para ele [colega] e ele levava. Então, era a única maneira de eu exercer meu trabalho, porque se eu colocasse a ideia na mesa, eu não era escutada. Ele levava os créditos, mas era a única maneira de eu me movimentar (ENTREVISTA 11, 2018).

Se posicionar no ambiente de trabalho é uma dificuldade encontrada pelas jornalistas em início de carreira. A entrevistada 9 trabalha como jornalista há oito anos no segmento impresso e online de um dos grandes veículos midiáticos do Rio Grande do Sul. Para ela, a dificuldade de se impor em reuniões e conversas com colegas de trabalho se dá porque a redação jornalística não é um ambiente de acolhimento, o que faz com que as novas profissionais se sintam acuadas.

²⁴ Matéria veiculada no jornal Estadunidense, The Washington Post, publicada em 13 de setembro de 2016. Disponível em: < https://www.washingtonpost.com/news/powerpost/wp/2016/09/13/white-house-women-are-now-in-the-room-where-it-happens/?noredirect=on&utm_term=.0a5185b7e665 > Acesso em: 01 de outubro de 2018.

É mais difícil tu se posicionar quando é nova. Conforme a gente vai amadurecendo na vida e como profissional, a gente consegue exigir um respeito maior. Então, quando algum colega vem com algum papo, eu já corto na hora, porque tu consegues te colocar de uma maneira mais firme, tu aprendes a te posicionar mais claramente. Já sofri muitas interrupções, mas hoje consigo me posicionar (ENTREVISTA 9, 2018).

Segundo a plataforma Draft (2017), o *bropropriating* acontece precedido de uma interrupção da fala da mulher por um homem, logo em seguida, o mesmo repete a ideia como se fosse sua.

É comum que use artifícios como postura de propriedade, variações no tom de voz, na escolha de palavras etc. Outra forma usual de *Bropriating* é o silêncio após uma mulher propor algo (em uma reunião, por exemplo) e, pouco tempo depois, o mesmo ser proposto por um homem e, então, ser recebido como uma ótima ideia. (DRAFT, 2017)²⁵

Para Orlandi (2010), a formação discursiva tem um papel muito importante no que pode e deve ser dito. Segundo a autora, o lugar de fala é o que define um sujeito no seu discurso. Desse modo, o que está relacionado com o enunciado não é o sujeito em si, mas suas posições ou seus lugares na formação social.

Orlandi (2010, p.75) afirma que o sujeito possui um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, “uma posição”. A autora diz que essas posições correspondem, mas não equivalem simplesmente à presença física dos organismos humanos ou lugares da estrutura social. “São lugares ‘representados’ no discurso, isto é, estes lugares estão presentes, mas transformados nos processos discursivos”. Através das falas das entrevistadas, constatamos que esse lugar de fala das mulheres em seus ambientes de trabalho é restrito. As mesmas não são propriamente ouvidas e quando são, diversas vezes, tem os créditos de suas ideias atribuídas a outra pessoa. Isso se dá, porque a força do discurso masculino se sobrepõe sobre o discurso feminino.

4.5 Penalidade por ser mãe: sanções a jornalistas grávidas

Um estudo realizado por Correll e Benard²⁶ (2007) com o intuito de identificar a existência de penalidades às mães no mercado de trabalho constatou que as candidatas a vagas

²⁵ Disponível em: < <https://projetodraft.com/verbete-draft-feminismo-nos-negocios-o-que-e-bropriating/> > Acesso em: 01 de outubro de 2018.

²⁶ Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/10.1086/511799?seq=6#metadata_info_tab_contents > Acesso em: 02 de outubro de 2018.

de emprego que possuem filhos têm 44% a menos de chance de serem contratadas do que as mulheres sem filhos, mesmo possuindo a mesma qualificação. Segundo os autores, a penalidade da maternidade, no que diz respeito aos salários e avaliações de desempenho no trabalho, ocorrem devido a um entendimento cultural do papel da maternidade onde há uma tensão no que seria entendido como um “trabalhador ideal”, e mães não se encaixam nesse imaginário social. Com isso, mesmo que inconscientemente, os chefes e contratantes esperam que as mulheres com filhos sejam menos competentes e menos comprometidas com seus empregos.

A entrevistada 13 trabalha com jornalismo há 12 anos e atualmente é repórter multimídia em um jornal do Rio Grande do Sul. Ela relata que quando ficou grávida sofria constantes ameaças sutis de seu chefe e se sentia violentada com os comentários que ouvia.

Eu trabalhava em uma empresa jornalística e várias vezes eu precisei faltar para consulta de pré-natal, claro que eu remarcaria, mas isso era uma violência né, porque eu tinha um compromisso com minha saúde e com a saúde do meu filho e eu não podia ir porque eu era ameaçada, não diretamente, mas muitas ameaças veladas. Por exemplo, ele dizia ‘Quando tu voltar não sei se tu vais continuar, porque mulher que tem filho fica com a cabeça só no filho, não consegue mais tocar a carreira’ (ENTREVISTA 13, 2018).

O estudo de Correll e Benard (2007), aponta que no mercado de trabalho o efeito paternidade acontece de forma inversa. Ser um bom pai não é entendido como culturalmente incompatível com ser um trabalhador ideal. Nesse contexto, “ser pai” e ser um “trabalhador ideal” faz parte do “pacote” desejado pelas empresas.

A entrevistada 13 relata que a percepção de seu chefe sobre como seria seu comprometimento após a volta da licença maternidade estava equivocada, pois seus resultados profissionais foram positivos.

Meu chefe na época estava errado, porque quando eu voltei, eu cresci na empresa. Ele mesmo me falou depois que achava que eu não ia durar, que tinha contratado outra pessoa para o meu lugar e teve que deslocar essa pessoa, porque eu tinha conquistado meu lugar e ele disse que eu tinha voltado ainda mais entusiasmada. Até me senti mal na época, hoje vejo que não tinha que ter me sentido mal, eu não entendi como um elogio, entendi como uma agressão, por que eu tinha um filho eu não podia ser boa? (ENTREVISTA 13, 2018)

Uma pesquisa intitulada “Mulheres no mercado de trabalho”²⁷ (Women in the Workplace) de 2015 aponta que mulheres que são mães possuem maior produtividade e são 15% mais interessadas em cargos mais altos do que mulheres sem filhos. Devido a isso, as mesmas se esforçam muito mais em seu trabalho para obterem melhores resultados, como é o caso da entrevistada 13.

4.6 Uma questão de fenotipia: mulheres negras no jornalismo

Um levantamento²⁸ realizado pelo coletivo de mídia “Vaidapé” em 2016 identificou o número de apresentadores negros no Brasil nas principais emissoras de televisão da rede aberta do país: Cultura, SBT, Rede Globo, Rede Record, RedeTV, Gazeta e Bandeirantes. Em um primeiro momento, o coletivo entrou em contato com as emissoras a fim de descobrir quantos apresentadores negros eram contratados, porém, os números fornecidos não eram claros. A partir disso, o coletivo organizou um estudo com objetivo de dimensionar a divisão racial entre os apresentadores de televisão brasileiros.

Na pesquisa, foram checados 204 programas de televisão das sete emissoras selecionadas, entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017. O resultado constatou a existência de 272 apresentadores compondo as grades de programação. As primeiras respostas mostraram que apenas 3,7% dos apresentadores são negros, dos 272 apresentadores encontrados somente 10 são negros.

Os dados obtidos na pesquisa vão de encontro com a proporção de pessoas negras que compõem a população brasileira. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)²⁹ de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que se refere à cor ou raça, 45,1% da população brasileira se considera parda e 8,9% se considera negra.

Sodré (1999) denomina “síndrome de vampiro” o fato de os negros não conseguirem enxergar sua imagem no espelho da mídia. Segundo o autor, através da análise de propagandas, produções cinematográficas e, principalmente, na televisão é possível comprovar essa realidade. Para ele, a mídia exerce um papel de relevância na criação de imagens e estereótipos.

²⁷ Disponível em: < https://www.nmhc.org/uploadedFiles/Articles/External_Resources/McKinsey-LeanIn%20Women_in_the_Workplace_2015.pdf > Acesso em: 02 de outubro de 2018.

²⁸ Disponível em: < <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

²⁹ Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

Ao realizar essa pesquisa, procuramos as entrevistadas aleatoriamente através das redes sociais. Ao pesquisar através do *LinkedIn*, *Facebook* e *Instagram*, poucas vezes apareciam jornalistas mulheres negras. Essa questão foi claramente percebida quando recebemos o retorno das 13 entrevistadas que se disponibilizaram a ajudar no estudo, apenas duas dessas eram mulheres negras. A pesquisa realizada em 2012 pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)³⁰ revela que apenas 5% dos jornalistas brasileiros são negros e negras, 18% são pardos e pardas, enquanto 72% são brancos e brancas. Nesse contexto, é possível perceber que o percentual de negros jornalistas é inferior à metade de pessoas pretas e pardas brasileiras.

Conforme Ferreira e Camargo (2011, p.387), a invisibilidade negra acontece devido a um processo de desvalorização:

As pessoas negras, submetidas a um processo de desvalorização constante, tendem a se identificar com uma minoria estigmatizada, sob os rótulos de inferiores, desprovidos de beleza, pobres e incapazes, e fazem parte do segmento da população brasileira que talvez mais sofra o efeito da discriminação e do preconceito, sempre encobertos por frases e gestos ambíguos (FERREIRA E CAMARGO, 2011, p.387).

A entrevistada 11 trabalha com jornalismo há quatro anos e atualmente exerce a função de mídias sociais na empresa em que trabalha. Durante a entrevista ela relata que possuía um desejo de trabalhar com televisão, mas que precisou desistir porque sentia que não correspondia aos padrões desejados pelas empresas, já que é negra. Ela relata que quando trabalhou na área de televisão existia situações pontuais que a incomodavam relacionadas a ofensas sutis sobre seu cabelo.

Eu estava fazendo uma passagem³¹ e minha diretora falou assim: “Quando tu for fazer boletim, pode prender teu cabelo, por favor? Porque ele chama muita atenção na reportagem”. É claro que no outro dia fui com cabelo maior ainda, porque achei um desaforo. Teve uma outra situação que foi com o *chroma key*³², pediram para eu prender o cabelo porque “É difícil de *chromar*” e aí eu falei “É difícil de *chromar* porque vocês não são profissionais o suficiente pra *chromar* cabelo crespo, então vocês vão aprender comigo, é uma oportunidade para mim e para vocês”. A partir disso, eu comecei a bater de frente e me impor (ENTREVISTA 11, 2018).

³⁰ Disponível em: < <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

³¹ Segundo Paternostro (1987, p. 147), a passagem pode ser definida como: “gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria. A passagem reforça a presença do repórter no assunto que ele está cobrindo e, portanto, deve ser gravada no desenrolar do acontecimento”.

³² Em TV, o *chroma key* é um recurso eletrônico utilizado em telejornais e telenovelas. A técnica consiste em inserir uma imagem captada por uma câmera sobre a imagem de outra, como primeiro plano e fundo. (BAHIA, 2015).

Segundo ela, não há silenciamento quando ela se sente excluída por questões raciais. Porém, os constrangimentos relacionados a seu gênero são situações que ela ainda não sabe lidar e por vezes se cala quando acontecem. Ela conta que quando trabalhou com televisão era considerada uma profissional com boa desenvoltura, mas que não podia apresentar um programa que iria para televisão nacional porque: /eu não tinha uma boa aparência, não era esteticamente aceitável, segundo eles/, os apelidos que remetem sua cor também são constantes no meio de trabalho: /Quando tu entras tem os apelidos como Globoleza, moreninha, mulatinha/.

Nesse contexto, constatamos que os constrangimentos sofridos por mulheres jornalistas negras possuem características diferentes e vão além do que as mulheres jornalistas brancas relatam. A questão de raça aliada ao gênero traz outras formas de agressão que essas mulheres negras podem sofrer como desvalorização no ambiente de trabalho, julgamento de seus traços étnicos, apelidos com conotação racial depreciativa e imposições de mudança de identidade. Tudo isso, afeta sua atuação no ambiente de trabalho.

4.7 Assédio por fonte e público: uma questão de proximidade

Durante uma cobertura ao vivo de uma partida de futebol, a repórter Bruna Dealtry³³, do canal Esporte Interativo, foi beijada à força por um torcedor, o caso aconteceu neste ano no Rio de Janeiro. Poucos dias antes, no Rio Grande do Sul a repórter Renata Medeiros³⁴, da Rádio Gaúcha foi agredida fisicamente por um torcedor enquanto também cobria uma partida de futebol.

Com isso, surgiu a campanha sob a marca #DeixaElaTrabalhar, organizada, inicialmente por um grupo com cerca de 50 profissionais jornalistas mulheres de todo o país. A campanha circulou pelas redes sociais através de um vídeo com depoimentos de várias jornalistas e também pelos estádios de futebol.

A entrevistada 9 participou da divulgação da campanha e conta que a mesma surgiu devido ao alto número de casos de assédio que as mulheres jornalistas, principalmente as que fazem cobertura de esporte, sofrem no exercício da profissão.

Tudo começou com vídeo sendo passado nos estádios, teve uma repercussão gigantesca, inclusive, internacional e foi muito bacana porque reuniu jornalistas de

³³ Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/libertadores/noticia/2018/03/reporter-do-esporte-interativo-e-beijada-por-torcedor-e-desabafa-nas-redes-sociais-cjercsz4m02zo01r4esxa8b25.html> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

³⁴ Disponível em: < <https://globoesporte.globo.com/rs/futebol/noticia/reporter-grava-agressao-em-gre-nal-e-registra-boletim-de-ocorrencia.ghtml> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

diversos veículos. Ele se espalhou pelas redações do país. Foi muito bacana, foi um posicionamento que saiu do âmbito do esporte como um manifesto (ENTREVISTA 9, 2018).

Segundo o jornal brasileiro El País (2018)³⁵, essa não é a primeira campanha contra assédio das mulheres jornalistas. Em 2016, após a repórter Giulia Pereira³⁶ ser assediada pelo cantor brasileiro Biel, várias profissionais se reuniram e criaram a campanha #JornalistasContraOAssédio. Quando o caso ocorreu a jornalista prestou queixa na Delegacia da Mulher, o veículo no qual trabalhava declarou que daria apoio à profissional. Porém, ela foi dispensada menos de um mês depois do ocorrido. Atualmente, a campanha #JornalistasContraOAssédio se transformou em um coletivo que denuncia as inúmeras formas de assédio.

A entrevistada 9 relata que essa situação de assédio por parte de fontes jornalísticas ou da população em geral é comum. A última situação que se recorda de ter sofrido foi durante a cobertura de uma manifestação política.

Esse ano eu estava cobrindo uma manifestação contrária ao ex-presidente Lula e fui cercada por pessoas que me chamaram de cadela, vadia, comunista, etc., tentando impedir o exercício do meu trabalho, foi bem grave, tentaram jogar ovos também. O interessante disso, foi que eu estava com um colega fotógrafo homem e com ele não aconteceu nada. Então, a gente vê que a mulher acaba sempre sendo um alvo “mais fácil” e visto como mais vulnerável, e por isso sofre mais esse tipo de violência (ENTREVISTA 9, 2018).

A fala da entrevista aponta que em sua percepção a violência que sofreu se deu devido a uma noção cultural de mulheres como um ser mais vulnerável. Para Chauí (1985), a violência contra as mulheres é um resultado da ideologia de dominação masculina e é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. Para a autora, essa violência é uma ação que transforma as diferenças em desigualdades hierárquicas, como acontece no caso exposto pela entrevistada 9, mesmo com a presença do colega homem fazendo o mesmo trabalho, apenas ela foi agredida.

Outra situação bastante recorrente segundo as entrevistadas durante a pesquisa é o assédio sofrido por fontes. As fontes jornalísticas são essenciais para o exercício da profissão, já que é através de seus depoimentos que se torna possível contar uma história. A entrevistada 8 relata que sofreu um assédio de uma pessoa influente na cidade onde mora. A jornalista

³⁵ Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/23/politica/1521823054_844544.html > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

³⁶ Disponível em: < <https://emails.estadao.com.br/noticias/tv,reporter-assediada-por-biel-repudia-atitude-do-cantor-ser-simpatica-nao-e-abertura,10000063794> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

precisou realizar a entrevista para uma reportagem ao vivo que seria transmitida no telejornal no qual trabalha.

Eu entrevistei ele ao vivo normal. Aí como eu sempre tenho os contatos no celular, para facilitar a comunicação, ele perguntou “Já te tenho no celular? ”, aí eu falei que não sabia, mas que tinha o dele e que daria um “oi” caso ele precisasse me passar alguma coisa ou alguma novidade do caso. Aí ele me convidou pra tomar um café, eu falei “Gosto muito de café, na próxima vez que eu for no seu local de trabalho, deixa o cafezinho preparado e toda equipe toma café”, aí ele disse “Mas eu vou demorar tanto tempo assim pra te ver?”, eu respondi “Olha, não estou te entendendo”, aí ele “Ah te achei tão bonita, tão interessante”, eu falei que ele estava confundindo, que eu era casada e que ele também era casado, “Ah, mas não tem problema” ele disse, “Mas, para mim tem” eu respondi e pedi pra manter o relacionamento profissional (ENTREVISTA 8, 2018).

Esse tipo de acontecimento gera um constrangimento na profissional jornalista, pois para o exercício de seu trabalho ela depende do depoimento da fonte jornalística, como no caso da entrevistada 8 que precisa manter o contato constantemente com a fonte que gerou o constrangimento, pois ele representa uma fonte oficial do município. Dessa forma, a jornalista não se sente à vontade no exercício da sua própria profissão.

4.8 Assédio online às mulheres jornalistas

Com a crescente difusão das tecnologias de informação e comunicação, acessar redes sociais através de plataformas móveis se tornou cada vez mais simples. No período de pesquisa das entrevistadas em potencial para este estudo, realizamos diversas buscas pelas redes sociais de possíveis nomes que poderíamos contatar para as entrevistas. Nos resultados além dos contatos das possíveis entrevistadas, encontramos também perfis em anonimato expondo imagens de jornalistas com uma conotação sexual.

Na plataforma *Youtube*³⁷ encontramos diversos vídeos de mulheres jornalistas com títulos ofensivos e manipulações nas edições. No material, é usado o método de zoom (um recurso que permite aproximar a imagem em algum item de interesse) focando nas partes íntimas das jornalistas. No espaço de comentários do vídeo diversos internautas escrevem sobre a aparência e corpo das jornalistas de forma sexual.

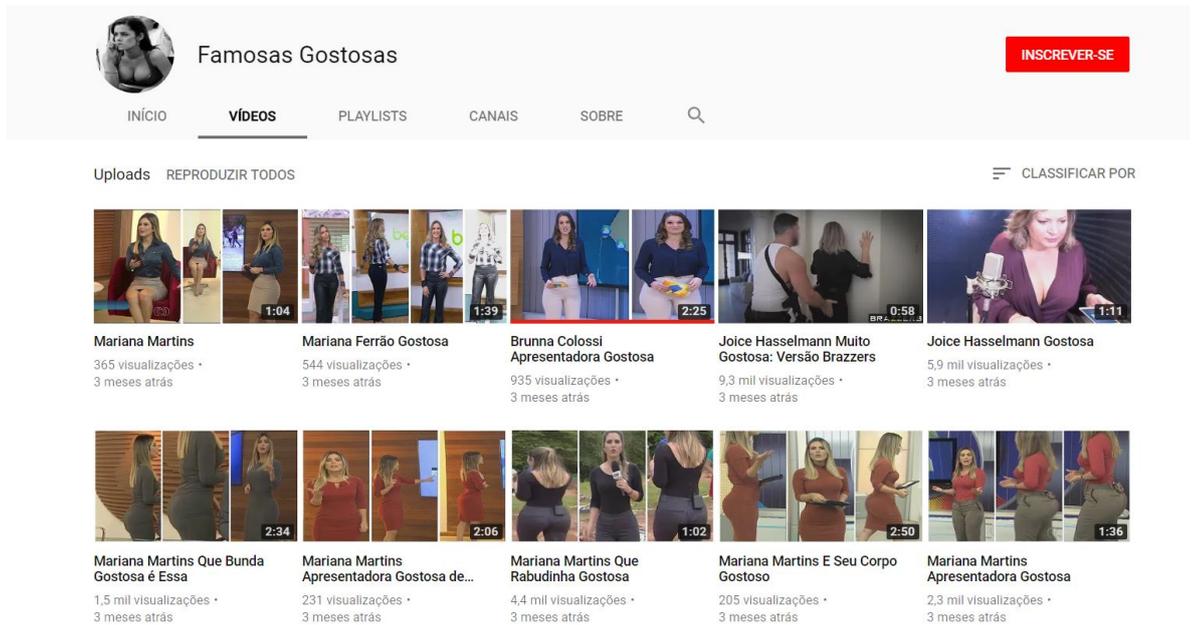
Encontramos vários canais na plataforma YouTube que trazem esse tipo de vídeo, um é intitulado “Famosas gostosas”³⁸ e possui inúmeros vídeos de jornalistas brasileiras que são

³⁷ Site de compartilhamento de vídeos.

³⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/channel/UCRbPobuSp4JmpFhBKS6339g> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

mais conhecidas e que trabalham na televisão, outro no mesmo estilo se chama “Mulheres Lindas na TV”³⁹.

Figura 1: Canal do YouTube “Famosas Gostosas”



Fonte: Youtube

Figura 2: Canal do Youtube “Mulheres Lindas na TV”



Fonte: YouTube

Além de vídeos na plataforma YouTube, também há grupos de conversas em sites onde homens compartilham fotos de mulheres que trabalham na televisão que consideram

³⁹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/user/magrao54100/videos> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

“gostasas”. Encontramos um site chamado “BjjForum”⁴⁰, e em um fórum chamado “Jornalistas que nos dão tesão” os internautas compartilham imagens de profissionais.

Figura 3: Fórum no site BjjForum



Fonte: BjjForum

Faria et al. (2015), em seu estudo aborda duas práticas recentes de violência a mulher no ambiente digital, que são: o *sexting*, divulgação não autorizada de vídeos e fotos com conteúdos íntimos na internet e o *revenge porn*, vazamento de tais registros por ex-companheiros com desejo de vingança. Os vídeos citados acima não se encaixam em nenhuma dessas situações, pois são vídeo de mulheres no exercício de sua profissão que são publicados com uma intenção e contexto diferente do original. Porém, os efeitos que o *sexting* e o *revenge porn* causam são semelhantes a situação que trazemos aqui. Segundo Faria et al. (2015), esse tipo de exposição viola a propriedade e a autonomia sobre o próprio corpo, que é uma das maiores conquistas dos sujeitos ao longo da história.

Esses materiais, originalmente produzidos no ambiente de trabalho usados dessa maneira em divulgações na internet sem o consentimento das envolvidas são uma forma de constrangimento, tendo em vista que, seus corpos são colocados à frente de seu profissionalismo e analisados de forma vulgar por inúmeras pessoas protegidas pelo anonimato.

⁴⁰ Disponível em: < <http://bjjforum.com.br/forum/viewtopic.php?t=5998&start=195> > Acesso em: 03 de outubro de 2018.

4.9 O silêncio perante as violências sofridas

Segundo Rosenberg (2006), a comunicação não-violenta (CNV) tem como intuito substituir os velhos padrões de defesa e ataque, através de um novo enfoque. Nesse sentido, as reações violentas são minimizadas. Para a CNV, os conflitos violentos ou negativos podem ser resolvidos e compreendidos através do diálogo.

No nosso estudo, entendemos que o diálogo não se dá apenas entre a vítima e o agressor, mas também entre a vítima e a chefia da empresa, buscando a resolução do problema, pois entendemos que para vítima nem sempre é fácil e simples enfrentar o agressor.

Ao final de cada entrevista, perguntamos às entrevistadas se as situações de assédio e constrangimentos relatadas haviam sido discutidas com o agressor ou levadas até os órgãos competentes da empresa. Das treze, nove delas afirmaram que em algum momento da carreira se silenciaram e não enfrentaram o agressor ou levaram o caso aos órgãos competentes.

No entanto, todas acreditam que esse silêncio colabora para que esse problema permaneça, já que sem o enfrentamento o agressor não reflete sobre suas ações e a empresa não toma conhecimento do que acontece, permitindo que a prática continue.

A entrevistada 1 relata que na antiga empresa no qual trabalhava duas meninas já foram assediadas por uma mesma pessoa. Sobre isso, ela diz:

A partir do momento que há uma segunda e a primeira já não falou nada, de certa forma, pode parecer cruel o que eu estou dizendo, porque eu entendo todo o contexto, mas toda mulher que é abusada de alguma forma e não denuncia, ela contribui para a próxima. Não é garantia de que não vai acontecer se ela contar, mas é certificado que vai acontecer com outra. Então é muito esse discurso, ela já é a segunda porque a primeira não falou, se ela não falou vai ter a terceira. Ela não conta por medo de ser demitida, e o mais incrível é fomos[eu e marido] falar com a primeira para ver se elas juntas tem força, e ela alega que ela não conta porque como ela tem fama de festeira a empresa vai dizer que é mentira (ENTREVISTA 1, 2018).

A entrevistada 2 é uma das entrevistadas que denunciou à polícia o caso de assédio sofrido no ambiente de trabalho. O agressor era o cliente da vítima, ela relata que o mesmo trabalha como *coach*⁴¹ e em uma reunião de trabalho usou de técnicas da sua profissão para assediá-la, segundo ela o que impediu que uma agressão física acontecesse foi a calma que ela manteve para sair da situação o mais rápido possível, ela relata que por não ter se calado

⁴¹ *Coach* é uma carreira que pode ser exercida por qualquer pessoa, independente da área de atuação ou formação acadêmica (PORTAL IBC, 2018). Disponível em: < <https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/o-que-faz-um-coach-2/> > Acesso em: 02 novembro. 2018.

diante a situação ouviu muitos comentários criticando seu posicionamento: /Quando tu denuncia, como foi meu caso que não teve assédio físico consumado, as pessoas dizem “ah mas nem tudo isso”, mas não foi por que? Porque eu conduzi a situação muito bem/.

Acho que a violência é um espiral, e para tudo existem formas. O silêncio é uma forma de manter ela ali, rolando, rolando e rolando. Enquanto não vier uma coisa e parar ela, que eu acredito que seja a quebra do silêncio, com um discurso não agressivo, pois eu acredito que violência gera violência, quando o silêncio corta aquela espiral ele diminui aquela onda de violência (ENTREVISTA 2, 2018).

Os motivos relatados pelas entrevistadas para não falarem sobre o ocorrido são relacionados ao medo de perder o emprego, receio de denunciar e não ser recolocada no mercado de trabalho e de ser desacreditada. Nesse contexto, a omissão da própria vítima se torna o principal obstáculo, pois o constrangimento vivido não é enfrentado e dá abertura para novos acontecimentos direcionados a outras mulheres, o silêncio se torna uma forma de comunicação violenta.

4.10 Pequenas soluções

Campanhas como #DeixaElaTrabalhar e #JornalistasContraoAssédio são movimentos que visam a reflexão sobre os constrangimentos que as mulheres jornalistas sofrem no exercício de sua profissão. Além das campanhas, cada profissional acaba desenvolvendo seus próprios métodos de defesa. A entrevistada 3 trabalha com jornalismo há oito anos e atualmente é repórter em um jornal impresso. Após vivenciar inúmeros constrangimentos e assédios no ambiente de trabalho ela resolveu usar o celular como seu aliado.

Agora eu peguei um hábito, ele é assim: qualquer coisa que acontece no meu trabalho seja com homem ou com mulher, qualquer problema que talvez eu possa me sentir ameaçada ou constrangida, eu pego meu celular e começo a gravar ou filmar. Quando tu pega teu celular e vira para a pessoa, ela não sabe se tu estás gravando ou não, e aquilo ali intimida. Seria muito bom se todas mulheres que se sentem ameaçadas no trabalho fizessem isso, elas iam ver que dá muito resultado, a pessoa para e pensa. Porque hoje em dia qualquer coisa pode parar no *Instagram*, no *Facebook*, no *Twitter*, no *WhatsApp*, e aí se um vídeo desses chega quem é que vai querer ter seu rosto exposto assim? (ENTREVISTA 3, 2018).

Porém, as soluções para esse problema não são responsabilidade apenas das profissionais jornalistas, mas também das empresas e organizações que as contratam. De todas entrevistadas, apenas uma relatou que sua empresa se mobiliza para resolver situações

de assédio e constrangimento que acontecem dentro do ambiente de trabalho. Foi com esse propósito que foi criado um grupo de diálogo para discussão sobre situações sofridas dentro do ambiente de trabalho e formas de resolução dos problemas.

É bem inédito. Desenvolvemos por iniciativa de uma colega, aí foi avançando, a gente começou a se reunir a primeira vez em uma sala pequena para discutir, e logo foi para uma sala de reunião grande e reuniu muita gente, mobilizou mulheres de toda parte da empresa. A gente tem reuniões quinzenais. Se trata de um grupo de acolhimento, a gente se reúne, discute, conta casos. Isso se tornou uma referência, a gente consegue as vezes pautar alguns temas nas redações. É um grupo de diálogo (ENTREVISTA 9, 2018).

Rosenberg (2006, p. 197) relata que grupos que sofrem opressão e discriminação tem o desejo de aumentar seu poder de provocar mudanças. É nesse sentido que percebemos que esse tipo de iniciativa se configura como uma estratégia de Comunicação Não-Violenta, pois através desses encontros as mulheres podem pautar o que as incomoda em seus locais de trabalho e encontrar em conjunto possíveis soluções.

Nesse cenário de terror e estresse, como apontam Sarmiento e Galvão (2015, p.35), que os direitos humanos assumem um papel importante, pois são eles que vão garantir o direito à integridade moral da vítima. Os direitos humanos⁴², nesse contexto, servem para garantir que a profissional tenha resguardado traços como: “intimidade, honra, imagem, integridade física, etc.”.

Segundo Cantini e Oliveira (2018), os direitos humanos são motores ativos da cidadania no Brasil. Porém, as autoras apontam que em um universo sem barreiras, onde muitas ações humanas são feitas sob o discurso da liberdade, os direitos humanos acabam sendo manipuláveis.

Os direitos humanos que ora defendemos vão ao encontro do respeito à diversidade de identidades humanas e, neste encontro permite-se o diálogo mesmo entre Pessoas que pensam diferente. Logo, falar sobre os direitos humanos é necessário para que se possibilite o exercício da tolerância, rumo a uma cultura de paz (CANTINI E OLIVEIRA, 2018, p. 108).

⁴² Segundo Jelin (1994, p.147), em seu artigo “Mulheres e Direitos Humanos”, não existe uma forma única de pautar o tema dos direitos humanos e as mulheres, com exceção do reconhecimento da historicidade das demandas. No entanto, a autora destaca algumas questões referentes à violência contra mulher e os direitos humanos: “A violência contra as mulheres é uma forma de discriminação. A violência de gênero violenta os direitos humanos. Essas são considerações que constam na Recomendação 19 da décima primeira sessão do Comitê pela Eliminação da Discriminação das mulheres (Nova Iorque janeiro de 1992)”. Nesse sentido, ela diz que o maior desafio das mulheres perante os direitos humanos é uma participação ativa na redefinição do próprio conceito de direitos humanos: “que permita completar a tarefa de superar o enquadramento masculino ocidental que lhe deu origem sem que isso signifique abandonar os ideais de liberdade e igualdade que o inspiram” (JENIN, 1994, p.149).

Essa breve reflexão sobre direitos humanos nesse trabalho é importante para reafirmar que o respeito e a igualdade em relação ao diferente são primordiais no mercado de trabalho, pois o direito à diferença é o que possibilita um meio mais igualitário, saudável e justo para as mulheres, onde elas não sejam inferiorizadas e desvalorizadas e que seus direitos sejam respeitados.

É também através desse espaço de diálogo, do apoio da organização em que trabalha e das colegas de profissão que as mulheres se sentem incentivadas a enfrentar os problemas que as fazem mal e reivindicar seus direitos. Com isso, após descobrirem qual a dimensão das violências que sofreram que elas podem optar por tomar providências administrativas ou jurídicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolhas para uma pesquisa acadêmica nunca possuem apenas um porquê. São inúmeras inquietações que nos levam a escolher determinado objeto para trabalharmos seguindo certos caminhos. A escolha por pesquisar jornalismo e gênero se deu devido aos tensionamentos existentes que nos deixavam indagações sobre a temática dessa pesquisa. Essa natureza transdisciplinar despertou novos conhecimentos para nossa investigação, foi através da interligação dos estudos de gênero e dos estudos sobre jornalismo que foi possível refletir sobre as problemáticas contemporâneas relacionadas as mulheres jornalistas.

As instituições sociais como a família, a escola, a igreja, a sociedade e a mídia colaboram na construção do que se espera e do que se pensa sobre as mulheres. É inegável os avanços que as mesmas conquistaram ao decorrer da história. Principalmente, as mulheres jornalistas que alcançaram credibilidade dentro do mercado de trabalho adentrando redações e se arriscando em diferentes editorias. Hoje, podemos dizer que não existe um jornalismo feito só por homem.

No entanto, um mercado que a todo momento se expande como o jornalismo ainda gera constrangimentos à mulher jornalista. O medo das sanções não se limita apenas ao que o autor Warren Breed estabelece, já que não é apenas a organização e a política editorial da empresa que pode causar algum constrangimento, para as mulheres vai muito além. Observamos, que mesmo os constrangimentos mais sutis geram efeitos profundos na vida dessas mulheres que se sentem ridicularizadas, desvalorizadas e desmotivadas em seus ambientes de trabalho.

As formas de violência contra mulheres jornalistas foram mapeadas ao decorrer dessa pesquisa, e os constrangimentos vão além das piadas, brincadeiras, deboches e comentários sexistas (que constatamos serem muito comuns no ambiente do jornalismo), as violências estão também nas sanções e penalidades estabelecidas por Warren Breed, no *mansplaning*, *maninterrupting* e *bropropriating*. Para além disso, percebemos que as violências se modificam e se intensificam com diferentes mulheres. As gestantes e mulheres negras, por exemplo, vivenciam outros tipos de constrangimento.

A omissão perante as violências sofridas se dá devido ao medo da demissão, de não serem recolocadas no mercado de trabalho após uma denúncia e de serem desacreditadas pela chefia e colegas de trabalho. Com esses medos, as vítimas optam pelo silêncio diante das condutas abusivas e desrespeitosas do agressor, pois acreditam que com o tempo as situações constrangedoras se acalmam.

Ao identificar os inúmeros tipos de comportamentos de assédio e constrangimento contra mulheres jornalistas reunindo seus depoimentos chegamos ao fim dessa jornada com objetivos cumpridos. O silêncio feminino perante as violências sofridas são marcas de uma comunicação violenta, que se repete com outras mulheres quando não confrontada. É através do rompimento desse silêncio que as mudanças acontecem e os problemas começam a ser refletidos e solucionados.

Ao quebrarem esse silêncio as jornalistas provocam mudanças imensas, não apenas em suas vidas, mas nas vidas das colegas de trabalho. São essas atitudes de não se calar, questionar, refletir e exigir respeito que provocam mudanças sociais, políticas e legais que são essenciais à evolução, não apenas das mulheres, mas do ser humano.

Essa pesquisa possui relevância no contexto atual, pois as temáticas trabalhadas e que estão relacionadas a gênero, assédio e constrangimento sofridos por mulheres jornalistas são pautas atuais do senso comum e discutidas constantemente em redes sociais. Nesse sentido, a academia precisa abordar estes fenômenos cientificamente.

Dentro da pesquisa, a configuração metodológica foi parte essencial durante a investigação e construção da mesma. Foi através dos relatos colhidos nas entrevistas que fortalecemos nossas concepções teóricas acerca do tema. Os estudos de discurso em nosso trabalho não fundamentaram apenas a compreensão dos processos e fenômenos discursivos, também foram estratégias metodológicas em nossa investigação. Também, destacamos que entender o fenômeno através da Comunicação Não-Violenta trouxe novas contribuições nos estudos de gênero aliado ao jornalismo.

O contato presencial com as entrevistadas possibilitou uma visão ampliada sobre o estudo, poder conhecer seus locais de trabalho e até mesmo, suas casas, assim como pensar suas falas além das estruturas frasais proporcionou um entendimento maior da identidade das mesmas e como elas se colocam no mundo.

No decorrer da pesquisa, outras implicações surgiram, relacionadas as violências sofridas pelas jornalistas negras. Percebemos que os constrangimentos que elas enfrentam se diferenciam do que as jornalistas brancas relatam. A questão de raça aliada ao gênero traz diferentes formas de agressão no ambiente de trabalho, entre elas: a desvalorização, o julgamento dos traços étnicos, os apelidos com conotação racial depreciativa e imposições de mudança de identidade. Isso mostra que o presente estudo possibilita novos enfoques para pesquisas futuras dentro da temática.

Chegamos a conclusão desse percurso, mas isso não representa o final de uma jornada e sim o início de uma nova viagem com muitos questionamentos e reflexões, cheias de novas teorias, vivências e desafios.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARRUDA, Hélio Mario de. **Assédio Sexual no Direito do Trabalho**. In Repertorio IOB de Jurisprudência. Caderno 2, nº 14/98, jul. 2005.

ASSIS, Carolina. **Pesquisa Inédita da Gênero e Número e da Abraji traz retrato do machismo no jornalismo brasileiro**. Gênero e Número, 2017. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/pesquisa-da-genero-e-numero-e-da-abraji-traz-retrato-do-machismo-no-jornalismo-brasileiro/> > Acesso em 22 maio. 2018.

BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo: Século XX**. Rio de Janeiro: MAUAD editora Ltda., 2015.

BAPTISTA, Maria Manuel. **Estereotipia e representação social: uma abordagem psicossociológica**. In: BAKER, Anthony David. A Persistência dos estereótipos. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. Disponível em: <<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/EstereotipiaeRepresentacaoSocial.pdf>> Acesso em 06 maio. 2018.

BARTER, Dominic. **Comunicação não violenta: uma base ética para práticas restaurativas**. In: Justiça para o século XXI: instituindo Práticas Restaurativas. Material de apoio - Curso de Formação em Práticas Restaurativas. Mimeo. Texto integrante da publicação Justiça Restaurativa, da Secretaria da Reforma do Judiciário, Ministério da Justiça e PNDU, s/d, 2011. Disponível em: < www.mj.gov.br > Acesso em 06 maio. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEDICTO, Samuel Carvalho; SILVA, Aline; PEREIRA, Wellington. **Relações de Gênero e Poder nas Organizações: uma análise do comportamento humano**. In: Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2007, Natal. Anais do I EnGPR: Natal, 2007.

BONETTI, Alinne. **Sermerssuaqs cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro**. In: TAQUETTE, Stella (Org.) AIDS e juventude: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009 p.213-234.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. **Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília**. RODOBRÁS. Rodovia Belém-Brasília, a rodovia da unidade nacional e suas implicações de ordem técnica, econômica e política. Belém, 1960.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial, 1988.

BREED, Warren. **Controlo Social na Redação. Uma análise Funcional**. In TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993, pp.152-166.

BUITONI, Dulcília. **Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. Summus, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANTINI, Hartemink Adriana; OLIVEIRA, Simone Barros. **Desconstruindo a concepção de direitos humanos e compreendendo o sistema de proteção**. MISSÕES: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, v. 4, p. 106-119, 2018.

CHAMBERS; Deborah; STEINER, Linda; FLEMING, Carole. **Women and Journalism**. New York: Rutledge, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do Debate sobre Mulher e Violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CORRELL, Shelley; BENARD, Stephen. **Getting a job: Is there a motherhood penalty?** American Journal of Sociology, Vol. 112, n.5, p. 1297-1339, 2007.

CUPOLILLO, Fernanda; ARAÚJO, Júlia; JORGE, Marianna. **Caiu na rede é porn: Pornografia de vingança, violência de gênero e exibição da 'intimidade**. Contemporânea (UFBA. Online), v. 13, p. 659-677, 2015.

DUARTE, Constância. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. **Through the labyrinth: the truth about how women become leaders**. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os estudos culturais**. IN: HOHLFELD, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V.F. (Org). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. 8ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 2007.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra**. Psicologia - ciência e profissão: vol.31, n.2, Brasília, p.387, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRANCHETTO, Bruna; Cavalcanti, Maria Laura; Heilborn, Maria Luiza. **Antropologia e Feminismo**. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

GAUNTLETT, David. **Media, gender and identity: an introduction**. New York: Routledge, 2002.

GOLIN, Tau. **A ideologia do Gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GONÇALVES, B. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2016.

HALL, Stuart. **Quem precisa de Identidade?** In: SILVA, T.T. (Org.) Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HANCOCK, Adrienne; RUBIN, Benjamin. **Influence of communication Partner's Gender on Language**. Journal of Language and Social Psychology, 2014, disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39161312> > Acesso em 22 maio. 2018.

JELIN, Elizabeth. **Mulheres e direitos humanos**. Revista Estudos Feministas, UFRJ/UERJ, v. 2, n. 1, p. 117-149, 1994.

KARPOWITZ, Christopher; MENDELBERG, Tali; SHAKER, Lee. **Gender Inequality in Deliberative participation**. In: American Political Science Review, p. 1-15, 2012.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na imprensa brasileira**. In: Estudos de Jornalismo (1), (org. M. Barbosa), São Paulo: Intercom UFF/ Mestrado em Comunicação, 2001. Disponível em: < <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4366/1/NP2KOSHIYAMA.pdf> > Acesso em: 17 abril. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIPS, Hilary. **Women, men and power**. Califórnia: Mayfield Publishing Company, 1991.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARQUES DA SILVA, Sofia. **Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina**. In Virgínia Ferreira (org.). A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 293-332, 2010.

MCKINSEY & COMPANY. **Women in the workplace**. 2015. Disponível em: < https://www.nmhc.org/uploadedFiles/Articles/External_Resources/McKinsey-LeanIn%20Women_in_the_Workplace_2015.pdf > Acesso em: 03 outubro. 2018.

MEYER, D. E. **Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica**. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MENA, Isabela. **Verbete Draft Feminismo nos negócios: o que é bropropriating**. Draft, 2017. Disponível em: < <https://projetodraft.com/verbete-draft-feminismo-nos-negocios-o-que-e-bropriating/> > Acesso em 22 maio. 2018.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MICHEL, Margareth de Oliveira; SOARES, César. **As mulheres no Jornalismo Esportivo no Rio Grande do Sul**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, Paraná – 4 a 7 de setembro de 2009. 16p. Universidade Católica de Pelotas, UNIPEL, 2009.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (coord.). **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Editora Insultar, 2013.

MOORE, Henrietta. **Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência**. Cadernos Pagu, 14, 13-44, 2000.

MOTA, Isis Mendes. **Jornalismo Esportivo de Saia – A participação feminina no jornalismo esportivo**. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS. 34p. Curso de Jornalismo. Centro Universitário de Brasília, UNICEUB. Brasília, Distrito Federal, 2013.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Maria Josefa Barreto**. In: Escritoras Brasileiras do século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

NEVES, Manoella; PARZIANELLO, Sandra Regina Barbosa . **O papel social dos cursos de jornalismo: uma experiência prática**. CADERNOS DE COMUNICAÇÃO (UFSM), Santa Maria/RS, v. 1, p. 18-25, 2004.

OLIVEIRA, Michele. **Profissão Jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. Bauru, 2005. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/PosGraduacao/Comunicacao/DissertacoesDefendidas/mic_helleroxo.pdf>. Acesso em 18 abril. 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

PATERNOSTRO, Vera. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PARZIANELLO, Geder. **Conhecendo outros pensares: vendo o real por diferentes vozes e filiações teóricas**. MISSÕES: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, v. 4, p. 135-146, 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS. **Síntese de indicadores 2015**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas Reflexões sobre a ética na história oral. In: Projeto História. São Paulo, 1997.

PUJOL, Leonardo. **A cantora que resolveu desafiar o machismo da música regionalista gaúcha**. BBC Brasil, Porto Alegre, 19 abril. 2017. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39649460> >. Acesso em: 17 abril. 2018.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas – A grande invasão**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2010.

REVISTA ILUSTRADA. **O bello sexo**. Rio de Janeiro: Ed. 425, p.6. 1886.

RIBEIRO, Adelia. et al. **A modernidade como desafio teórico: ensaios sobre o pensamento social alemão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997**: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo**: O processo de profissionalização e feminização da carreira. 2004. Tese de doutorado (Programa Pós-graduação em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSSI, Marina. **#DeixaElaTrabalhar: a nova investida de mulheres jornalistas contra o machismo**. El País, 2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/23/politica/1521823054_844544.html > Acesso em 03 outubro. 2018.

SALOMÃO, Mozahir. **O constrangimento nosso de cada dia: o jornalismo e os constrangimentos organizacionais.** Mediação, Belo Horizonte, n. 6, p. 132-142, 1º sem. 2007.

SANTANA, Henrique; SALLES, Iuri. **Por que os negros não apresentam programas de TV.** Vaidapé, 2017. Disponível em: < <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/> > Acesso em 03 outubro. 2018.

SARMENTO, George ; GALVÃO, Vivianny Kelly . **O assédio moral como violação aos direitos humanos no ambiente de trabalho.** Revista do Mestrado em Direito (UFAL), v. 6, p. 22-38, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** New York: Columbia University Press, 1989.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim.** São Paulo: Cultrix, 2014.

STEIL, A. V. **Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro.** Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

STOCKER, Pâmela; DALMASO, Silvana. **A cultura do estupro entra na pauta: a disputa de sentidos entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho.** In: Brazilian Journalism Research, 2018. Disponível em: < https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/1025/pdf_1 > Acesso em: 09 maio. 2018.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa Bibliográfica.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** (org) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística - uma comunidade transnacional.** Lisboa: Editorial Notícias, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. Rio de Janeiro: Summus Editorial, 1992.

VEIGA, Marcia. **Fazendo Gênero: as implicações da cultura profissional e das rotinas produtivas nas produções simbólicas do jornalismo**. In: Maria João Silverinha; Ana Teresa Peixinho; Clara Almeida Santos. (Org.). *Gênero e Culturas Mediáticas*. 1ed. Lisboa - Portugal: Mariposa Azul, 2010, v. 1, p. 101-130.

VEIGA, Marcia. **Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 9, p. 490-505, 2012.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

WOOLF, Virginia. **Profissões para Mulheres**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

APÊNDICE

Durante a graduação em jornalismo, as bibliografias de estudos de gênero foram pouco abordadas nas disciplinas. Com base nisso, trazemos aqui, autoras utilizadas ao decorrer dessa pesquisa, a fim de apresentá-las brevemente através de suas produções acadêmicas em estudos de gênero.

1. Ana Carolina Escosteguy

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2000), com um período de estudos no Department of Cultural Studies and Sociology da University of Birmingham (UK), com Bolsa Doutorado-Sanduiche CAPES (1998/1999). Pós-doutorado no CAMRI (Communication and Media Research Institute), associado ao Department of Journalism and Mass Communication da School of Media, Art and Design da University of Westminster (UK). Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora Visitante do Programa de Mestrado em Comunicação - Ênfase em Recepção e Cultura, a partir de 2014, da Universidade Católica del Uruguay (UCU). Tem desenvolvido e orientado projetos na área de Comunicação e Cultura da Mídia, dentro do âmbito dos Estudos Culturais, especialmente sobre identidades culturais, com destaque para as construções de gênero, de geração, entre outras.

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4760667E0>>

2. Alice Mitika Koshiyama

Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo (1972), graduação em Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1971), Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1978) e Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (1987). Atualmente é colaborador da Universidade de São Paulo, como "Professora Doutora Sênior". Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação e cidadania, comunicação e história, história do jornalismo, jornalismo brasileiro e estudos feministas. Trabalha no Curso de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, na área Estudos dos Meios e da Produção Mediática, na linha de pesquisa Informação e Mediações nas Práticas Sociais. Na graduação em Jornalismo leciona Fundamentos Teóricos da História, História do Jornalismo I (Geral) e

História do Jornalismo II (Brasil). Coordena o Grupo de Pesquisa "Jornalismo e a Construção da Cidadania".

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787185D4>>

3. Alinne Bonetti

Alinne Bonetti é antropóloga, licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS (1997), mestra em Antropologia Social pela UFSC (2000) e doutora em Ciências Sociais, área estudos de gênero, pela Unicamp (2007). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa e líder do Grupo de Pesquisa Tuna - Gênero, educação e diferença. Entre os seus temas de interesse e pesquisa estão: gênero, poder, política, cidadania, movimentos sociais, feminismo, desigualdades e suas interseccionalidades, teoria feminista, antropologia feminista e teoria antropológica.

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795356U6>>

4. Dulcília Helena Schroeder Buitoni

Possui graduação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1970), graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1970), mestrado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (1977) e doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (1980) e livre-docência em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP (1986). Jornalista profissional, trabalhou na mídia impressa, com maior atuação em revistas, principalmente na Editora Abril. É autora de "Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira" (São Paulo: Summus, 2009), "Fotografia e Jornalismo a informação pela imagem" (São Paulo: Saraiva, 2011) e co-organizadora de "A Cidade e a Imagem" (São Paulo: In House, 2013). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração. Recebeu em 2016 o Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo, como pesquisadora sênior, conferido pela SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783337T6>>

5. Guacira Lopes Louro

Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976) e Doutora em

Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1986). Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) e participa deste grupo de pesquisa desde 1990. Tem publicado livros, artigos e capítulos, bem como orientado dissertações e teses sobre questões de gênero, sexualidade e teoria queer em articulação com o campo da Educação. Suas pesquisas atuais voltam-se para estudos queer, cinema e pedagogias da sexualidade.

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaqv.do?id=K4787265H1> >

6. Henrietta Moore

É diretora do Institute for Global Prosperity na UCL, onde também ocupa a cadeira de Cultura, Filosofia e Design. Distinta antropóloga e teórica cultural, ela concentrou seu trabalho recente na noção de futuros globais sustentáveis. Repensando como o conhecimento é produzido, desafiando os modelos econômicos atuais e identificando a dinâmica social e política negligenciada, a abordagem da professora Moore coloca noções de bem-estar, mudança institucional, cidadania e justiça social no ponto focal de sua pesquisa. Ela está ativamente envolvida na aplicação de conhecimentos de ciências sociais à política em todos os níveis. Ela escreve e realiza palestras sobre Teoria Social, Epistemologia, Teoria Feminista, Gênero, Virtualidade, Globalização, Espaço, Desenvolvimento e Empreendimento Social.

Fonte: Site pessoal, disponível em: < <http://www.henriettamoore.com/about/> >

7. Hilary Lips

De 1999 a 2002, Lips foi diretora do Programa de Estudos da Mulher na Universidade de Radford. Atualmente ela é professora e presidente do Departamento de Psicologia da Radford. Além disso, trabalhou para fundar e desenvolver o *Center for Gender Studies*. Desde a inauguração do Centro, tornou-se o núcleo de pesquisa de gênero para estudantes e professores, tem apoiado visitas de pesquisadores ilustres e atraído um bolsista de pós-doutorado Fullbright Scholar-in-Residence e da Fundação Ford. Além disso, o Centro realiza anualmente uma conferência de pesquisa de estudantes sobre gênero.

Fonte: Feminist Voices, disponível em: < <http://www.feministvoices.com/hilary-lips/> >

8. Joan Wallach Scott

Joan Scott recebeu seu PhD em História pela Universidade de Wisconsin, Madison. Ela já lecionou na Universidade de Illinois, Chicago; Universidade Northwestern; a Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill; e Brown University, onde ela foi a diretora fundadora do Centro Pembroke de Ensino e Pesquisa sobre as Mulheres. Desde 1985, ela é professora na

Escola de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados. Escreveu há mais de vinte anos, seu artigo clássico, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", e continua a inspirar pesquisas inovadoras sobre mulheres e gênero.

Fonte: Institute for Advanced Study, disponível em: < <https://www.sss.ias.edu/faculty/scott> >

9. Judith Butler

Atualmente é professora de Literatura Comparada e Retórica na Universidade da Califórnia. Judith Butler é uma conhecida filósofa, com trabalhos nas áreas de teorias sobre gênero, identidade e poder. Descrita como a "superestrela" dos acadêmicos da cultura alternativa dos anos 90, suas idéias criaram um impacto na sociedade e na política. A filosofia de Butler gira em torno da teoria da identidade e do *queer*.

Fonte: Famous Philosophers, disponível em: < <http://www.famousphilosophers.org/judith-butler/> >

10. Márcia Veiga da Silva

Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (outubro de 2015 a setembro de 2020). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2015). É vencedora do Prêmio Adelmo Genro Filho 2011, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado, concedido pela SBPJOR - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Teses 2016 na área Ciências Sociais Aplicadas I. Autora do livro "Masculino, o gênero do Jornalismo: modos de produção das notícias", 8º volume da série Jornalismo a rigor da Editora Insular (2014). Interesse de pesquisa nas áreas de jornalismo; produção de notícias; gênero e interseccionalidades; produção do conhecimento.

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4202115Y7> >

11. Paula Melani Rocha

Tem pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa, Porto-Portugal. Cursou especialização em Mídias na Universidade de Harvard - EUA (1996). Atualmente é pesquisadora-colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (Auxílio-pesquisa Fapesp) e professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. É editora responsável da Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo. É da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). Coordena

os grupos de pesquisa O Conhecimento no Jornalismo e Jornalismo e Gênero, ambos cadastrados no CNPq.

Fonte: Currículo Lattes, disponível em:

< <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706272Z9>>

12. Rebecca Solnit

A escritora, historiadora e ativista Rebecca Solnit é autora de vinte livros sobre feminismo, história ocidental e indígena, poder popular, mudança social e insurreição, errância e caminhada, esperança e desastre, incluindo uma trilogia de atlas e os livros “A mãe de todas as Perguntas”, “Esperança no escuro”, “Os homens explicam tudo para mim”, “O Faraway nas proximidades”, “Um Paraíso Construído no Inferno: As Comunidades Extraordinárias que Surgem em Desastres”, “Um guia de campo para se perder” e o *Technological Wild West* (pelo qual recebeu os prêmios Guggenheim, o National Book Critics Circle Award em crítica, e o Lannan Literary Award).

Fonte: Site pessoal, disponível em: < <http://reccasolnit.net/biography/> >

13. Simone de Beauvoir

Simone Lucie-Ernestine-Marie-Bertrand de Beauvoir nasceu em Paris, em 1908. Formou-se em filosofia, em 1929, com uma tese sobre Leibniz. É nessa época que conhece o filósofo Jean-Paul Sartre, que será seu companheiro de toda a vida. Em 1945, ela funda, com Sartre, o combativo periódico *Les Temps Modernes*. Escritora e feminista, Simone de Beauvoir fez parte de um grupo de filósofos-escritores associados ao existencialismo - movimento que teria enorme influência na cultura europeia de meados do século passado, com repercussões no mundo inteiro. Em 1949 publica “O Segundo Sexo”, pioneiro manifesto do feminismo, no qual propõe novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens.

Fonte: UOL Educação, disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/biografias/simone-de-beauvoir.jhtm> >